



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA  
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS  
CURSO DE GEOGRAFIA

DIEGO DOS SANTOS DANTAS

**A DIFUSÃO DO MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL NA  
PRODUÇÃO AVÍCOLA NO MUNICÍPIO DE POCINHOS (PB)**

João Pessoa - PB  
2018

DIEGO DOS SANTOS DANTAS

**A DIFUSÃO DO MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL NA  
PRODUÇÃO AVÍCOLA NO MUNICÍPIO DE POCINHOS (PB)**

Monografia apresentada ao curso de  
Bacharelado em Geografia da  
Universidade Federal da Paraíba, como  
requisito básico para a obtenção do título  
de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Anieres Barbosa da  
Silva

João Pessoa - PB  
2018

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

D192d Dantas, Diego dos Santos.

A difusão do meio técnico-científico-informacional na  
produção avícola no município de Pocinhos (PB) / Diego  
Dos Santos Dantas. - João Pessoa, 2018.

90 f. : il.

Orientação: Anieres Barbosa da Silva.  
Monografia (Graduação) - UFPB/CCEN.

1. Meio técnico-científico-informacional. 2.  
Avicultura. 3. Monopolização do território. I. Título

UFPB/CCEN



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA  
COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE GEOGRAFIA

Resolução N.04/2016/CCG/CCEN/UFPB

PARECER DO TCC

Tendo em vista que o aluno (a)  
DIEGO DOS SANTOS DANTAS  
( ) cumpriu ( ) não cumpriu os itens da avaliação do TCC previstos no artigo 25º da  
Resolução N. 04/2016/CCG/CCEN/UFPB somos de parecer (X) favorável ( )  
desfavorável à aprovação do TCC intitulado:

A DIFUSÃO DO MÓDULO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL NA  
PRODUÇÃO AVÍCOLA NO MUNICÍPIO DE POCINHOS - PB.

Nota final obtida: 100

João Pessoa, 04 de Junho de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

[Assinatura]  
Professor Orientador

X  
Professor Co- Orientador (Caso exista)

[Assinatura]  
Membro Interno Obrigatório (Professor vinculado ao Curso)

Maria Marta dos Santos Burity  
Membro Interno ou Externo

Dedico este trabalho as minhas três mães, Vera  
Lúcia, Maria Pereira e Iolanda Batista.

## AGRADECIMENTOS

Durante esses mais de quatro anos de graduação a minha vida assim como o espaço geográfico foi norteadada por ações, algumas boas e outras ruins, mas todas essenciais para a construção do Diego de hoje. Neste espaço buscarei destacar todas as pessoas que de maneira direta ou indireta contribuíram com ações benéficas tanto para o meu crescimento enquanto graduando no curso de geografia, como para o meu crescimento pessoal.

Agradeço inicialmente à Deus, por me ajudar a concluir mais uma etapa da minha vida.

Agradeço a mulher mais guerreira que eu conheço, minha mãe, Vera Lúcia. A senhora mainha, serei eternamente grato por tudo que fez para que eu conseguisse chegar até aqui. Imagino que não tenha sido fácil, na sua condição de mãe solteira, mas a senhora nunca faltou comigo. Tenho certeza que a senhora é a pessoa mais realizada e feliz por eu ter conseguido concluir uma parte dos meus sonhos. Te amo, mainha!

A minha voinha, Maria Pereira, a rosa mais perfumada do meu jardim, por sempre apoiar todas as minhas decisões e por toda hora me revigorar com o seu amor incondicional.

Agradeço a minha titia Iolanda Batista, por assumir em muitas vezes o papel de mãe enquanto mainha estava trabalhando. Da senhora, titia, carrego comigo toda a alegria e esperança de que tudo na vida pode melhorar.

Exerço a minha gratidão ao meu pai José Dantas, que mesmo de longe sempre me apoiou e incentivou os meus sonhos. Muito obrigado, painho. Agradeço também a Patrícia Dantas, por todo incentivo.

Aos demais membros da minha família, especialmente o meu avô José Martiliano (*in memoria*), meus tios Antônio Martiliano e Roberto Martiliano, meus irmãos André Martiliano e Juliana Martiliano e minha prima Fábrica Martiniano, pela contribuição individual de cada um, por cada conselho, cada palavra de incentivo.

Ao professor Anieres Barbosa, pela paciência que teve em me orientar (ou me desorientar, como ele gosta de falar) durante esses dois anos de Iniciação Científica (sei que não foi fácil rsrsrs), por entender que o conhecimento científico é algo construído gradualmente, e por saber que cada pessoa tem o seu tempo. A parceria construída nesses

dois anos foi uma relação de respeito e reciprocidade. Muito obrigado, Anieres, por compartilhar os seus conhecimentos geográficos e suas experiências de vida comigo. Você exemplo de profissional que eu almejo ser,

À professora Emília Moreira, pela minha inserção na pesquisa científica, por possibilitar a visão crítica de outras realidades para além da minha bolha de pensamento, por todo carinho e cuidado que teve comigo durante o tempo que eu estive sob a sua orientação, e, principalmente pela sua contribuição no processo de torna-se mais humano. Acredito que se não fosse a oportunidade inicial concedida por ela, eu não conseguiria chegar até aqui. Deixo aqui a minha eternar gratidão a você, querida professora Emília.

Aos demais professores do Departamento de Geociências da Universidade Federal da Paraíba, por todos os conhecimentos repassados e pelo apoio, de forma especial agradeço as professoras Maria de Fátima e Andréa Porto-Sales que contribuíram para o aprimoramento do meu projeto de pesquisa.

A minha parceira de manhãs, tardes, noites e madrugadas, Joannes Moura, por tentar sempre me colocar no eixo, por reclamar comigo e por sempre esperar as inacabáveis filas dos não cadastrados do RU mesmo possuindo cadastro. Joanninha, tu é a mãe braba que eu não tive. I LOVE YOU.

A pernambucana mais paraibana que eu conheço, Jadiele Berto, que mesmo me gongando 24 horas por dia e me dando diversas dores de cabeça durante a graduação, sempre foi o meu porto seguro em todas as horas. Tenho certeza que ganhei uma irmã a qual levarei pelo o resto da minha vida. Te amo, Jadinha.

A minha mais que amiga, friend (rsrsrs), Analice Alves, por todos os momentos vividos e por nunca ter me abandonado. Tu mora no meu coração, CANALICE!

A pink, rosa e toda poderosa, Laíse silva, pela amizade construída ao longo da graduação e pela troca de apoio. Gosto muito de você, Laísinha!

Agradeço a Rafael Soares, pelos diversos apoios concedidos.

À Kerol Bianca, por ser uma pessoa especial na minha vida e por me ajudar em vários momentos da graduação.

Aos membros do Laboratório de Estudos do Semiárido (LAESA-UEPB), especialmente Verônica Medeiros, Suayze Douglas e Eduardo Ernesto por todo companheirismo e momentos compartilhados.

À Marta Buriti, por todo apoio na construção do projeto de pesquisa e no Trabalho de Conclusão de Curso, bem como no trabalho de campo. Aproveito e estendo os meus agradecimentos a Henrique Albuquerque pela sua contribuição para realização do trabalho de campo da pesquisa. Muito obrigado!

À Maria Otacília, pelo carinho dado todas as manhãs.

Aos meus amigos Joanderson Pereira, Edjackson Henrique e Kléber Junnior, e as minhas amigas Ismaelli Cardoso, Thaiza Fernanda e Janaína Silva, pelas alegrias divididas.

À Junina Foguerinha pelos momentos de desopilação durante o tempo que dancei nela.

A Tayna Araújo, por todos os conselhos.

Aos produtores rurais do município de Pocinhos, por se colocarem à disposição da realização da pesquisa.

Ao CNPq e a PROPESQ-UEPB, pelo financiamento dos três anos de bolsa de Iniciação Científica

Por fim, mas não menos importante, destaco aqui que a minha formação enquanto geógrafo foi dada em meio a um golpe político/midiático/jurídico que retirou do poder uma presidenta legitimamente reeleita com mais de 54, 5 milhões de votos. Em menos de dois anos de golpe em consolidação, os impactos negativos sob a classe trabalhadora brasileira, sobretudo os grupos em vulnerabilidade social já estão sendo sentidos, uma vez que os direitos duramente conquistados vêm sendo retirados. Concluo esta parte do trabalho agradecendo a presidenta legitimamente eleita pelo voto popular, Dilma Rousseff e ao Ex- Presidente Luís Inácio Lula da Silva, que mesmo de maneira incipiente contribuíram para amenizar as desigualdades sociais e regionais existentes no território brasileiro, fazendo, pois com que pessoas como eu tivesse acesso ao ensino superior.

Muito obrigado!



“Não cabe, todavia, perder a esperança, porque os progressos técnicos obtidos neste fim de século 20, se usados de uma outra maneira, bastariam para produzir muito mais alimentos do que a população necessita e, aplicados à medicina, reduziriam drasticamente as doenças e a mortalidade. Um mundo mais solidário produzirá muitos empregos ampliando um intercâmbio pacífico entre os povos e eliminando belicosidade do processo competitivo, que todos os dias reduz a mão-de-obra. É possível pensar na realização de um mundo de bem-estar, onde os homens serão mais felizes, um outro tipo de globalização”.

Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal. Milton Santos, 2002.

## RESUMO

Esta monografia tem como objetivo principal compreender a difusão do meio técnico-científico-informacional na produção avícola do município de Pocinhos – PB. Para tanto, utilizamos como principais procedimentos metodológicos: revisão bibliográfica, trabalho de campo, aplicação de entrevistas semiestruturadas, além de coleta de dados secundários junto ao relatório anual da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) e ao sítio eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para buscar, especificamente informações da Pesquisa Agrícola Municipal (1974 a 2016) e da Pesquisa Pecuária Municipal (1974 a 2016). Verificamos que o sistema de integração industrial se constitui como o principal difusor dos objetos e ações que estão sendo empregados na atividade avícola da área de estudo, os quais por sua vez estão em consonância com o meio técnico-científico-informacional. Neste sentido, percebemos que as empresas avícolas atuantes em Pocinhos, se reproduzem em conformidade com os pressupostos do sistema capitalista de produção, uma vez que elas se apropriam da produção dos agricultores e subordinam estes e as suas propriedades para aumentarem as suas produtividades industriais por meio da monopolização do território. Por outro lado, constatamos que essa subordinação ao capital industrial tem se constituído uma forma pela qual os agricultores familiares estão encontrando para permanecerem no campo. Por fim, cabe ressaltar que os sistemas de objetos e os sistemas de ações da produção para avicultura do município de Pocinhos vêm sendo empregados, principalmente para beneficiar o capital hegemônico, isto é, as indústrias avícolas, as quais, por sua vez estão ocasionando a exclusão dos agricultores que não se adequam as exigências produtivas do capital industrial, gerando, assim, uma globalização perversa.

**Palavras-chave:** Meio técnico-científico-informacional. Avicultura. Monopolização do território.

## ABSTRACT

This monograph aims to understand the diffusion of the technical-scientific-informational medium in the poultry production of the municipality of Pocinhos - PB. To do this, we used as main methodological procedures: bibliographical review, field work, semi-structured interviews, as well as secondary data collection with the annual report of the Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) and the Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), to specifically search for Municipal Agricultural Research (1974 to 2016) and Municipal Livestock Research (1974 to 2016). We verified that the industrial integration system constitutes the main diffuser of the objects and actions that are being used in the poultry activity of the study area, which in turn are in consonance with the technical-scientific-informational environment. In this sense, we realize that the poultry companies operating in Pocinhos reproduce themselves in accordance with the presuppositions of the capitalist system of production, since they appropriate the production of the farmers and subordinate these and their properties to increase their industrial productivities through of the monopolization of the territory. On the other hand, we find that this subordination to industrial capital has become a way that family farmers are finding to remain in the countryside. Finally, it should be pointed out that the object systems and production systems for poultry production in the municipality of Pocinhos are being used, mainly to benefit the hegemonic capital, that is, the poultry industries, which in turn are causing the exclusion of farmers who do not fit the productive demands of industrial capital, thus generating a perverse globalization.

**Keywords:** Technical-scientific-informational medium. Poultry farming. Monopolization of the territory.

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1 - Localização da área de estudo .....	18
Mapa 2- Efetivos de galináceos no Brasil em 2016 .....	45
Mapa 3 - Produção avícola paraibana no ano de 2016 .....	52
Mapa 4 – Fluxo da produção avícola do município de Pocinhos - PB .....	54

## **LISTA DE FOTOGRAFIAS**

Fotografia 1 – Estrutura do aviário de pequeno produtor da Comunidade Lajedo do Boi - .....	59
Fotografia 2 - Sistema automático de aviário na Granja Palmares.....	60
Fotografia 3 - Caixa d'água para abastecimento do aviário no estabelecimento do integrado à Guaraves .....	60
Fotografia 4- Silo para armazenamento da ração abastecimento do aviário no estabelecimento do integrado à Guaraves.....	61
Fotografia 5 - Sistema manual no estabelecimento integrado à empresa Frango Dourado.....	62
Figura 6 – Banheiro em construção no estabelecimento agropecuário do integrado à Frango Dourado.....	63
Fotografia 7 – Casa da compostagem em construção no estabelecimento agropecuário do integrado à Frango Dourado.....	63
Fotografia 8 – Arco higienizador no estabelecimento agropecuário do integrado à Guaraves.....	63
Fotografia 9 – Placa de identificação do produtor e da empresa a que ele está integrado.....	70
Fotografia 10 – Gado confinado em curral próximo a residência do avicultor.....	71
Fotografia 11 – Plantação de milho consorciado com palma forrageira.....	71
Fotografia 12 – Criação de ovelha em estabelecimento de um dos avicultores entrevistados.....	72
Fotografia 13 – Curral para o gado, destacando-se precariedade da infraestrutura.....	72

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1- Produção pecuária municipal de Pocinhos – PB.....	53
Tabela 2 – Principais despesas sob responsabilidade dos Agricultores familiares durante o processo produtivo.....	69

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 - Sistema de integração da avicultura de corte em Pocinhos - PB.....	56
---	----

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Produção de carne de frango mundial em 2016 (Milhões de toneladas) .....	44
Gráfico 2- Efetivo de cabeças galináceas na região Nordeste em 2016.....	47
Gráfico 3 - Evolução da produção de aves na Paraíba (1975-2016) .....	51
Gráfico 4 – Evolução da produção sisaleira em Pocinhos – PB, entre 1974 e 2016, (toneladas).....	74
Gráfico 5 – Evolução da produção avícola em Pocinhos-PB, entre 1974 e 2016 (cabeça).....	75

## **LISTA DE SIGLAS**

**ABPA** - Associação Brasileira de Proteína Animal

**BID** - Banco Internacional de Desenvolvimento

**BIRD** - Banco Mundial

**CAI's** - Complexos Agroindustriais

**DNOCS** - Departamento de Obras Contra a Seca

**FINOR** - Fundo de Investimentos do Nordeste

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**PPM**- Pesquisa Pecuária Municipal

**PROALCOOL** - Programa Nacional do Alcool

**PROHIDRO** - Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos do Nordeste

**PRONAF** – Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar

**PTAA** - Pesquisa Trimestral do Abate de Animais

**SIDRA**- Sistema de Recuperação automática

**SUDENE** - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

**TCC** – Trabalho de Conclusão de Curso

**USDA** – Departamento de Agricultura dos Estados Unidos

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
- A área de estudo .....	17
- O método e os procedimentos metodológicos .....	19
- Divisão do trabalho .....	21
<b>I CAPÍTULO: RELEITURA TEÓRICA .....</b>	<b>22</b>
1.1 Espaço geográfico, técnica e meio técnico-científico-informacional.....	23
1.2 Território como locus da reprodução de poder.....	28
1.3 Políticas Públicas.....	31
1.4 Agricultura Familiar .....	34
<b>II CAPÍTULO: DIFUSÃO DO MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO- INFORMACIONAL NO CAMPO .....</b>	<b>39</b>
2.1 Os sistemas de objetos e sistemas de ações para o campo e a produção da avicultura de corte .....	40
2.2 A racionalidade dos sistemas de objetos e sistemas de ações na produção avícola em Pocinhos- PB .....	53
<b>III CAPÍTULO: MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: O DESENVOLVIMENTO CONTRADITÓRIO DO CAPITAL AVÍCOLA E AS DIFICULDADES DOS AGRICULTORES FAMILIARES NA PRODUÇÃO PARA AVICULTURA DE CORTE EM POCINHOS – PB .....</b>	<b>65</b>
3.1 Apropriação e subordinação da produção dos agricultores familiares pelo capital industrial avícola em Pocinhos – PB .....	66
3.2 As dificuldades dos agricultores familiares na produção avícola em Pocinhos – PB .....	73
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>79</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>81</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>86</b>

## INTRODUÇÃO

As atuais transformações impostas pela globalização interferem diretamente nas dinâmicas territoriais de todos os lugares do planeta Terra, mesmo que de modo incipiente. Dessa forma, as atividades econômicas, sociais e políticas estão simultaneamente engajadas, em sua maioria, para buscar satisfazer os anseios da ordem hegemônica empregando os sistemas de objetos e os sistemas de ações do atual período do espaço geográfico, isto é, do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2006).

Por sua vez, a atividade avícola vem passando por diversas transformações que estão sendo materializadas pela reestruturação dos seus equipamentos técnicos e as ações do capital industrial, os quais vêm se difundindo pela atuação do sistema capitalista de produção no campo, corroborando, portanto, para novas formas de uso do território.

O interesse pela temática ora estudada surgiu por meio da participação no projeto *Território e Tecnificação da Agropecuária na Paraíba*, o qual tem como coordenador o Professor Dr. Anieres Barbosa da Silva. Ao realizar leituras sobre o meio técnico-científico-informacional, instigou-se a curiosidade em entender o mesmo em uma atividade agropecuária. Nos trabalhos de campo realizados para o desenvolvimento do meu plano de trabalho de Iniciação Científica (PIBIC/UFPB/CNPq) era comum observar vários aviários nos lugares por onde passávamos, e essa observação foi responsável por despertar o interesse em entender a difusão do meio técnico-científico-informacional na avicultura.

O município de Pocinhos foi escolhido para analisar a atividade avícola devido a importância que esse território municipal possui para avicultura de corte em âmbito estadual, pois o mesmo, de acordo com os dados da Pesquisa Agropecuária Municipal (2016), se estabelece como sendo o maior produtor de galináceos do estado da Paraíba.

Dado o pouco tempo para construção desta pesquisa, e as dificuldades para realização do trabalho de campo em todas as áreas produtoras do município, selecionamos a Comunidade Lajedo do Boi. Essa comunidade foi escolhida em virtude da existência de diversos níveis de produtores, isto é, produtor pequeno, médio e grande, o que permitiu entender o funcionamento das diversas escalas de produção e as formas de difusão do meio técnico-científico-informacional na atividade avícola em Pocinhos.

Desse modo, a pesquisa visa contribuir na ampliação dos conhecimentos acerca da reestruturação da base técnica produtiva que vem ocorrendo na atividade avícola, além de ampliar as informações sobre as novas dinâmicas territoriais que estão sendo



estabelecidas pelo meio técnico-científico-informacional no campo paraibano, haja vista que entender como este meio vem se disseminado pelas diferentes frações do território é de grande relevância. Atualmente, estamos vivendo um processo de mundialização das relações capitalistas de produção onde as diferentes geografizações devem ser analisadas, também, no âmbito das formas particulares e heterogêneas de como o território reproduz as lógicas globais. Isso porque é no processo de territorialização que se materializam as disparidades de ordem social e econômica, que resultam da transferência das técnicas da ordem global para a ordem local, ou seja, da tecnificação dos territórios.

Para melhor compreender a materialidade e imaterialidade das dinâmicas socioterritoriais provocadas pela atividade avícola no município de Pocinhos, sob a influência do meio técnico-científico-informacional, algumas inquietações foram formuladas, tais são elas: Como o meio técnico-científico-informacional vem se estabelecendo na atividade avícola? Quais são os agentes que vêm provocando as mudanças na base técnica produtiva da agricultura familiar da atividade avícola? De que forma a ausência de políticas públicas para os agricultores familiares dificulta o processo produtivo da avicultura e compromete os níveis de organização sociopolítica? Quais as contradições que a produção da avicultura de corte estão fomentando?

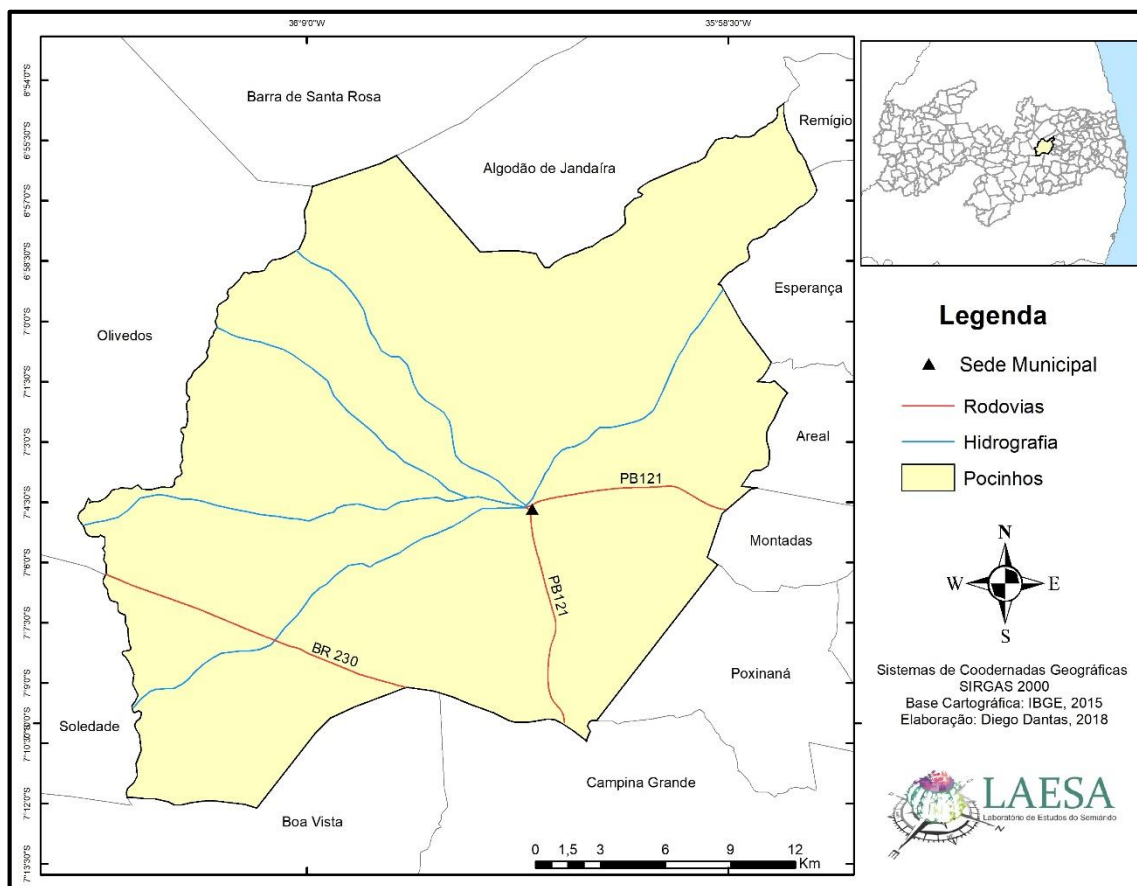
Com o intuito de encontramos respostas para as perguntas formulas, delineamos como objetivo geral da pesquisa compreender a difusão do meio técnico-científico-informacional na produção avícola do município de Pocinhos – PB. Para tanto, elencamos os seguintes objetivos específicos: a) identificar objetos e ações decorrentes da inserção da avicultura de corte no meio técnico-científico-informacional; b) explicar como a ausência de políticas públicas vem interferindo na produção avícola dos agricultores familiares; e c) investigar as contradições decorrentes da atuação do capital industrial representado pelas empresas que atuam no município.

#### **- A área de estudo**

O município de Pocinhos, recorte territorial deste estudo, é um dos 223 município do estado da Paraíba. Localizado na Mesorregião do Agreste paraibano, mais precisamente na microrregião do Curimataú Ocidental, Pocinhos tem uma área territorial de 628,084 km<sup>2</sup>, nas coordenadas 7°02'50" S e 36°04'07" W, fazendo limite, ao norte, com os município de Remígio, Barra de Santa Rosa e Algodão de Jandaíra; ao sul, com

Campina Grande e Boa Vista; ao leste, com Poxinaná, Montadas, Areal e Esperança; e ao oeste, faz limite com Soledade e Olivados (Mapa 1).

**Mapa 1 – Localização da área de estudo**



Elaborado pelo autor, 2018.

De acordo com dados do Censo Demográfico (IBGE, 2010), a população é de 17.032 habitantes, dos quais 47% residem na área rural. No que diz respeito ao gênero da população de Pocinhos, 49,99% da população é masculina e 50,01% se concebe como do gênero feminino.

Conforme Buriti (2016), a economia municipal de Pocinhos está fundamentada, principalmente, na atividade agropecuária, cuja produção agrícola gira em torno de culturas, como batata doce, batata inglesa, fava, feijão, milho e mandioca (PAM, 2016), enquanto a produção pecuária tem como principais rebanhos os animais caprinos, equinos, ovinos, suínos e bovinos (PPM, 2016). Contudo, vem tendo destaque o rebanho de galináceos, com 1.250.000 cabeças (PPM, 2016).

A expressividade dessa produção avícola ocorreu, sobretudo, após o declínio da produção sisaleira. Paralelamente a essa fase, segundo Buriti (2016), as empresas avícolas

iniciaram o processo de integração com os produtores visando aumentar a suas capacidades produtivas, realizando, pois, a monopolização do território municipal de Pocinhos, devido o interesse dos produtores rurais que procuravam/procuram atividades que assegurassem melhorias socioeconômicas no campo (BURITI, 2016).

No que corresponde às características físicas de Pocinhos, este se encontra inserido no Planalto da Borborema que se caracteriza, geomorfologicamente, por seu maciço cristalino pré-cambriano. No município são encontrados, principalmente, dois tipos de solo: os Planossolos, que possuem uma profundidade mediana e, portanto, se tornam propícios para o cultivos de algumas culturas agrícolas, especialmente as de sequeiros; e os Podzólicos, que são mais profundos e, conseqüentemente, possuem um maior grau de fertilidade.

A vegetação característica da região é do tipo caatinga, a qual se encontra bastante devastada devido as práticas predatórias. O clima é quente, característica pertinente em áreas semiáridas, tendo em média 400 milímetros como índices pluviométricos, os quais são distribuídos por chuvas irregulares entre o outono e inverno (AESAs, 2016). A geologia de Pocinhos se evidencia, essencialmente “pela suíte calcialcalina de alto potássio Esperança, que é constituído por rochas graníticas” (BURITI, 2016, p. 22). Para Buriti (2016), o entendimento da geologia do município é um fator importante, dado a potencialidade de água subterrânea encontrada na região, o que, para a autora, é um dos elementos favoráveis para o desenvolvimento da atividade avícola.

#### **- O método e os procedimentos metodológicos**

Como estamos trabalhando com a natureza gerada por meio do trabalho humano, que para Santos (1985, 1998, 2006) se configura como a segunda natureza, optamos nesta pesquisa pelo método materialista histórico dialético, uma vez que “este é revelador de todas as ações hoje impressas pelos homens no meio geográfico” (SALVADOR, 2012, p. 107). A dialética é definida como “o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendemos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação (KONDER, 2003, p.8), o que, por sua vez, possibilitou o entendimento da essência dos objetos e a finalidade das ações que estão sendo empregadas na atividade avícola em Pocinhos –PB.

Foi por meio de procedimentos metodológicos sistematizados que conseguimos atingir os objetivos propostos para esta pesquisa. Desse modo, para dar conta da questão

teórico-metodológica, bem como das metas propostas, uma série de técnicas e procedimentos de pesquisa foram utilizados, com destaque para os seguintes:

a) **levantamento bibliográfico** em periódicos, anais de eventos acadêmicos, livros e bibliotecas, buscando as obras por palavras-chave como, por exemplo, meio técnico-científico-informacional, técnica, espaço geográfico, território, políticas públicas, agricultura familiar, campesinato, tecnificação do território, globalização, reestruturação produtiva da agropecuária, dentre outras. Entre as principais leituras realizadas, destacamos os trabalhos de Santos (1985, 1999, 1998, 2001, 2006), Elias (1996, 2003, 2005), Haesbaert (2008), Raffestin (1993), Corrêa (1995), Souza (1995), Souza (2006), Teixeira (2002), Wanderley (1996, 2003) e Oliveira (2002). Ademais, salientamos que com o objetivo de aproximação com o objeto de pesquisa e com a área estudada, tomamos como principal referência para esta pesquisa a dissertação de mestrado de Buriti (2016);

b) **levantamento de dados secundários.** Foram colhidos dados do sítio eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais precisamente na plataforma do Sistema de Recuperação Automática (SIDRA). A principal finalidade foi ter acesso aos dados da Produção Pecuária Municipal (PPM) e da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM). Nestas plataformas foram obtidas informações sobre produção dos tipos de lavouras e os tipos de rebanhos. Também foram coletados dados secundários junto ao relatório anual da Associação Brasileira de Proteína Animal - ABPA (2017). Deste relatório foram obtidos dados sobre a produção de carne de frango mundial, bem como o destino da carne de frango brasileira. Os dados foram sistematizados em planilhas do Microsoft Excel para elaboração de gráficos, tabelas e mapas no software ArcGis.

c) **trabalho de campo.** Por meio deste procedimento de pesquisa visitamos cinco estabelecimentos agropecuários, no dia 16 de abril de 2018, sendo 3 estabelecimentos de produção pequena (agricultura familiar), um médio e outro grande. Nessas visitas foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os agricultores familiares e com os trabalhadores dos estabelecimentos, bem como com o técnico agropecuário da empresa Guaraves. Para este último, cabe ressaltar que a entrevista não tinha sido planejada, mas as informações concedidas por ele foram essenciais para entender o modo pelo qual se estabelece as ações da Guaraves com os seus integrados. Realizamos, também, uma entrevista semiestruturada com uma representante do poder municipal de Pocinhos, no caso a Ouvidora-Geral, que estava respondendo pela secretaria de agricultura, tendo em vista a vacância do cargo no momento da entrevista. A realização do trabalho de campo, no âmbito da elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), se constituiu

como uma das ferramentas essenciais para se compreender a difusão do meio técnico-científico-informacional na produção da avicultura de corte em Pocinhos, pois por meio desse procedimento de pesquisa foi possível dialogar com os sujeitos envolvidos no processo, bem como visualizar *in loco* práticas e objetos modernos usados no processo produtivo avícola.

## **- Divisão do trabalho**

Além desta introdução, das considerações finais e das referências, este trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, intitulado “Releitura Teórica”, realizamos uma revisão bibliográfica sobre os principais conceitos que deram suporte para interpretação e análise dos dados desta pesquisa, mostrando a relação entre eles e a realidade analisada.

O segundo capítulo, “A difusão do meio técnico-científico-informacional no campo”, abarca como foi sendo estruturado os sistemas de objetos e os sistemas de ações no espaço agrário que deram suporte para a produção avícola. Desse modo, apresentamos como esse processo se deu em escala nacional, regional, estadual e, finalmente, com mais detalhe no município de Pocinhos.

No terceiro e último capítulo, “Monopolização do Território: o desenvolvimento contraditório do capital avícola e as dificuldades dos agricultores familiares na produção da avicultura de corte em Pocinhos – PB”, é explanado como as empresas avícolas se apropriam e ao mesmo tempo subordinam a agricultura familiar aos seus interesses. Ainda no terceiro capítulo, destacamos as dificuldades dos agricultores familiares diante da ausência de iniciativas públicas voltadas para melhoria de suas condições sociais e econômicas.

# **I CAPÍTULO**

## **RELEITURA TEÓRICA**

Dedicamos este capítulo para discutir teoricamente os conceitos que servem de base para interpretação da realidade na área pesquisa. Destacamos que foi realizado neste capítulo a articulação teórica com a realidade do objeto de estudo.

### **1.1 Espaço geográfico, técnica e meio técnico-científico-informacional**

É por demais sabido que a ciência geográfica passou por diferentes correntes do pensamento geográfico, o que por sua vez a levou a ter diferentes modos de pensar e fazer Geografia. Em vista disso, em cada corrente do pensamento foi colocado em evidência um conceito-chave dessa ciência (espaço, território, paisagem, região e lugar), e utilizou-se diferentes procedimentos de pesquisa e métodos de abordagem para interpretação da realidade.

No contexto atual, entendemos que o objeto de estudo da geografia é o espaço geográfico (SANTOS, 2006; MOREIRA, 2007; SALVADOR, 2012), onde se estabelece as interações entre o homem e a natureza por meio da técnica (SANTOS, 2006). É nessa perspectiva que cabe compreender o espaço geográfico como uma instância social, ou seja, produzido pelo trabalho humano, pois ele contém e é contido pelas demais instâncias como, por exemplo, as instâncias econômica, política e cultural (SANTOS, 1985).

No livro *A Natureza do Espaço: tempo, razão e emoção*, Santos (2006) conceitua o espaço geográfico como sendo um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, entendendo que o mesmo é uma somatória de pedaços de tempo históricos que foram sendo finalizados a partir do surgimento de um novo conjunto de técnicas. Nesse sentido, o espaço geográfico não se caracteriza como sendo a primeira natureza, em outras palavras, um lugar que não sofreu alteração, mas sim como uma natureza transformada, isto é, uma segunda natureza a qual foi produzida pelo trabalho humano. Logo, esse espaço é resultado da apropriação da natureza pelo homem na busca de satisfazer suas necessidades (MOREIRA, 2007).

O espaço geográfico está em constante transformação, pois “ao longo do processo de organização deste o homem estabeleceu um conjunto de práticas através das quais são criadas, mantidas, desfeitas e refeitas as formas de interações espaciais” (CORRÊA, 1995, p. 35). E para entender as transformações espaciais, Santos (1985) propõe quatro categorias para analisar a organização espacial: forma, a qual se caracteriza pelo objeto materializado; função que diz respeito a atividades que vai ser desenvolvida na forma; estrutura está relacionada às ligações que se estabelecem na soma das partes,

ou seja, é a formação do todo; e, por fim, processo que evidencia as mudanças ocasionadas pelo tempo no espaço. Portanto, as categorias propostas por Santos (1985) não excluem uma a outra, mas se estabelecem de maneira complementar, uma vez que elas buscam contribuir para administração do projeto de sociedade as quais elas estão servindo.

Neste sentido, forma, processo, função e estrutura foram sendo modificadas ao longo do tempo por meio técnica, “isto porque a técnica no seu estágio atual permite a intervenção não só nas formas, como nos processos naturais” (SUERTEGARAY, 2001, p. 48). Assim, a técnica se constitui como sendo “um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza a sua vida, produz, e ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 2006, p. 16), ou melhor, a técnica nada mais é do que procedimentos pelos quais o homem se utiliza para chegar a um determinado resultado.

O uso dos objetos através do tempo mostra histórias sucessivas, desenroladas no lugar e fora dele. Cada objeto é utilizado segundo equações de força originadas em diferentes escalas, mas que se realizam num lugar, onde vão mudando ao longo do tempo. Assim, a maneira como a unidade entre tempo e espaço vai dando-se, ao longo do tempo, pode ser entendida através da história das técnicas: uma história geral, uma história local (SANTOS, 2006, p. 29).

Destarte, como destaca Salvador (2012), ao fazer história, ou melhor, ao produzir espaço geográfico, o homem constrói um conjunto de aparatos técnicos de acordo com o substrato já existente na natureza. Milton Santos (2006) entende que epistemologicamente a geografia seria o caminho para explicar a história da técnica, e a concebe como a Filosofia das Técnicas. Por isso, periodizou o espaço geográfico em três meios, a saber: meio natural, meio técnico e meio técnico-científico-informacional.

No início da história da civilização, o homem se apossou da primeira natureza e transformou-a em segunda, caracterizando assim o meio natural em um espaço geográfico pouco explorado, no qual o homem ainda não possuía um conjunto de técnicas agressivas a natureza. Cabe ressaltar que nesse período o ser humano retirava da natureza apenas o que era necessário para a sua sobrevivência, ou seja, procurava matéria-prima para construir as suas moradias, bem como recolhia alimentos para o seu próprio consumo.

As motivações de uso eram, sobretudo, locais, ainda que o papel do intercâmbio nas determinações sociais pudesse ser crescente. Assim, a sociedade local era, ao mesmo tempo, criadora das técnicas utilizadas, comandante dos tempos sociais e dos limites de sua utilização. A harmonia socioespacial assim estabelecida era, desse modo, respeitosa da natureza herdada, no processo de criação de uma nova natureza.



Produzindo-a, a sociedade territorial produzia, também, uma série de comportamentos, cuja razão é a preservação e a continuidade do meio de vida (SANTOS, 2006, p. 158).

Com o passar do tempo o homem foi recriando as técnicas, que, por sua vez, tiveram o papel de artificializar cada vez mais a natureza. Assim, as culturas de cunho tradicional foram sendo substituídas por culturas totalmente tecnológicas, fazendo, desse modo, a vontade humana sobrepor-se a força da natureza, surgindo dessa forma o meio técnico.

Os objetos técnicos, máquinas, juntam à razão natural sua própria razão, uma lógica instrumental que desafia as lógicas naturais, criando, nos lugares atingidos, mistos ou híbridos conflitivos. Os objetos técnicos e o espaço maquinizado são lócus de ações "superiores", graças à sua superposição triunfante às forças naturais. Tais ações são, também, consideradas superiores pela crença de que ao homem atribuem novos poderes - o maior dos quais é a prerrogativa de enfrentar a Natureza, natural ou já socializada, vinda do período anterior, com instrumentos que já não são prolongamento do seu corpo, mas que representam prolongamentos do território, verdadeiras próteses. Utilizando novos materiais e transgredindo a distância, o homem começa a fabricar um tempo novo, no trabalho, no intercâmbio, no lar. Os tempos sociais tendem a se superpor e contrapor aos tempos naturais (SANTOS, 2006, p. 158).

No que tange ao período atual, ou seja, o meio técnico-científico-informacional, este teve início a partir da década de 1970, em que os sistemas de objetos e os sistemas de ações ficaram cada vez mais subordinados a técnica, a ciência e a informação, elaborando assim uma indissociabilidade na produção do espaço geográfico (SANTOS, 2006).

A informação se constitui como a principal essência do período atual, haja vista que a construção de fixos, como estradas, aeroportos, bancos, empresas de telecomunicações, dentre outros, viabilizaram a circulação de fluxos como mercadorias e, principalmente, informação, facilitado a ligação entre os lugares. Com isso o homem começa a elaborar o seu próprio tempo, uma vez que ele busca o aperfeiçoamento das técnicas para intervir no espaço e, por consequência, diminuir as distâncias entre os lugares (ELIAS, 1996).

No atual período, a unicidade da técnica vem proporcionando ao espaço geográfico a mundialização da produção e a unificação do mercado consumidor. Isso porque há lugares que são dotados de um mesmo conjunto de técnicas, pois “certos

objetos geográficos estão presentes em toda partes do mundo: aeroportos, estradas de rodagem, portos, silos, centros de pesquisa, centrais de telecomunicações, bancos etc” (ELIAS, 1996, p. 215), embora se apresentando com diferentes níveis de complexidade.

Nesse processo o Estado tem um papel fundamental no que se diz respeito à entrada de capital financeiro no território, tendo em vista a sua atuação para beneficiar empresas, segundo a lógica de mercado neoliberal. Ao abordar o enfraquecimento dos Estados nacionais, por causa da lógica estabelecida pela globalização, Milton Santos (2001) nos apresenta o seguinte pensamento:

O discurso que ouvimos todos os dias, para nos fazer crer que deve haver menos Estado, vale-se dessa mencionada porosidade, mas sua base essencial é o fato de que os condutores da globalização necessitam de um Estado flexível a seus interesses. As privatizações são a mostra de que o capital se tornou devorante, guloso ao extremo, exigindo sempre mais, querendo tudo. Além disso, a instalação desses capitais globalizados supõe que o território se adapte às suas necessidades de fluidez, investindo pesadamente para alterar a geografia das regiões escolhidas. De tal forma, o Estado acaba por ter menos recursos para tudo o que é social, sobretudo no caso das privatizações caricatas, como no modelo brasileiro, que financia as empresas estrangeiras candidatas à compra do capital social nacional. Não é que o Estado se ausente ou se torne menor. Ele apenas se omite quanto ao interesse das populações e se torna mais forte, mais ágil, mais presente, ao serviço da economia dominante (SANTOS, 2001, p. 66).

Neste sentido, verificamos que a globalização, ou melhor, o período técnico-científico-informacional, impõe aos territórios novas lógicas e demandas e, assim, eles “tendem a uma compartimentação generalizada, onde se associam e se chocam o movimento geral da sociedade planetária e o movimento particular de cada fração, regional ou local, da sociedade nacional” (SANTOS, 2001, p. 39). Sobre o papel das lógicas exógenas, Santos (2001) constata que:

[...] pode-se dizer que atualmente funcionam sob um regime obediente a preocupações subordinadas a lógicas distantes, externas em relação à área da ação; mas essas lógicas são internas aos setores e as empresas globais que as mobilizam. Daí se criarem situações de alienação que escapam a regulações locais ou nacionais, embora arrastando comportamentos locais, regionais, nacionais em todos os domínios da vida, influenciando o comportamento da moeda, do crédito, do gasto público e do emprego, incidido sobre o funcionamento da economia regional e urbana, por intermédio de suas relações determinantes sobre o comércio, a indústria, os transportes e os serviços. Paralelamente, alteram-se os comportamentos políticos e administrativos e o conteúdo da informação (SANTOS, 2001, p. 94).

Entretanto, o meio técnico-científico-informacional se difundiu no espaço geográfico de maneira heterogênea, em face das diferentes características físicas, econômicas, políticas e sociais de cada lugar. Isto quer dizer que mesmo recebendo influências globais os territórios continuam preservando as suas particularidades, pois, como bem ressaltou Costa e Rocha (2010), as características dos lugares conseguem coexistir mesmo com a imposição da homogeneização colocada pelo sistema capitalista de produção.

Desse modo, o processo de globalização que aqui entendemos à luz do meio técnico-científico-informacional, cria espaços que mandam e espaço que obedecem<sup>1</sup>, reproduzindo assim uma globalização que se difunde no espaço geográfico de modo contraditório, desigual e combinado, em razão de sempre privilegiar as ações dos atores hegemônicos, corroborando para existência de um mundo no qual as desigualdades sociais se materializam por meio da fome, do desemprego e da pobreza (SANTOS, 2001).

Ainda de acordo com o pensamento de Santos (2001), para compreender a globalização a partir desse mundo confuso e confusamente percebido, devemos considerar a existência de três mundos em um só<sup>2</sup>: o mundo como fábula, o mundo como perversidade e o mundo como possibilidade.

No mundo como fábula reside à ideia de que todas as pessoas têm acesso aos objetos e as ações do atual período técnico, evidenciando, portanto, a existência de uma cidadania plena. Em relação ao mundo como perversidade, temos uma globalização como de fato ela é, ou seja, um mundo em que os atores hegemônicos, que são a minoria, possuem privilégios, enquanto que os atores hegemonzados, que são maioria, muitas vezes não têm acesso à educação, saúde, cultura, informação, etc. Por fim, Milton Santos, com a sua utopia, mostra como o mundo pode ser, isto é, ele descreve que há uma outra globalização possível. Nesta, os sistemas de objetos e sistemas de ações serviriam a todos, e, conseqüentemente, teríamos um mundo mais humano em que as pessoas possuiriam de fato uma cidadania plena, ou seja, a técnica passaria a atender os interesses de todos, tendo em vista que não é ela “que exige aos países, às empresas, aos lugares ser

---

<sup>1</sup> Santos e Silveira (2011) entendem que os espaços dotados de maior infraestrutura possuem mais poder de decisão, ou seja, nos espaços onde existem um maior densidade de aparatos técnicos (sistemas de objetos) têm as suas ideologias (sistemas de ações) consideradas superiores, mostrando assim poder na hora de influenciar as decisões, desse modo, os espaços que mandam têm uma maior acumulação da mais-valia, enquanto os espaço que obedecem possuem menor capital financeiro.

<sup>2</sup> Faremos um esforço para identificar as contradições do processo de tecnificação que vem sendo posto pela atividade avícola no município de Pocinhos, ou seja, tentaremos verificar as fabulações do processo.

competitivos, mas a política produzida pelos atores globais, isto é, empresas globais, bancos globais, instituições globais” (SANTOS, 2006, p. 147).

Portanto, a partir de uma visão miltônica, podemos dizer que o espaço geográfico é uma instância social produzida pelo trabalho humano. O espaço, desse modo, vai refletir o tipo de sociedade que o organizou, dado que o espaço é o resultado de diferentes interações sociais as quais nele foram dadas, tendo a técnica como o elo entre a natureza e homem. Salientamos ainda que o espaço geográfico está em constante transformação, uma vez que cada sociedade histórica faz o processo de suas formas, funções e estruturas de modo diferenciado. Essa perspectiva analítica pautou as reflexões sobre as maneiras pelas quais vem se materializando o atual período do espaço geográfico, isto é, o meio técnico-científico-informacional na atividade avícola do município de Pocinhos, pois as transformações ocorridas no espaço geográfico impactam diretamente os territórios, os quais, por sua vez respondem a ordem global de maneira particular. No tópico seguinte, elaboramos uma discussão sobre o conceito de território, a qual nos dará suporte para o entendimento das relações de poder que estão sendo empregadas na atividade avícola do território municipal de Pocinhos – PB.

## **1.2 Território como locus da reprodução de poder**

O território é um conceito bastante discutido na ciência geográfica. Por mais que existam diferentes concepções sobre ele, a ideia de poder sempre se faz presente nos diversos pensamentos dos pesquisadores que o estudam. Haesbaert (2008), por exemplo, nos alerta que para analisarmos o conceito de território devemos levar em consideração o contexto histórico e geográfico no qual este foi formulado, porque os objetivos de apropriação e de dominação do espaço variaram ao longo do tempo.

Em conformidade com o pensamento de Suertegaray (2001), entendemos que o território constitui um conceito operacional do espaço geográfico, e, desse modo, concordamos com Raffestin (1993), ao dizer que

(...) o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Inicialmente, no âmbito da Geografia o conceito de território foi discutido por Ratzel, naturalista alemão que entendia o território como sendo um atributo que representa “não só as condições de trabalho e de existência de um povo como também um dos elementos fundamentais da formação e da garantia de existência do Estado” (MOREIRA e TARGINO, 2007, p. 74), ou seja, o território é uma fração do espaço indispensável para reprodução de uma dada sociedade. Raffestin (1993) descreve que o Estado na concepção ratzeliana se concebe como o agente que detêm a maior parte do poder na relação hierárquica do território.

Para Moreira e Targino (2007), Ratzel compreendia que a presença de recursos naturais suficientes é um fator de grande relevância para evolução de uma determinada população, o que para ele se concebia como sendo o espaço vital, ou seja, “a necessidade de uma determinada sociedade em se apropriar do espaço, em função de seu desenvolvimento tecnológico, do total de população e dos recursos naturais disponíveis” (MACÊDO, MELO e BEZERRA, 2014, p. 61). Para Ratzel, o território constitui um fator progressista da política de cada Estado, haja vista que o nome território é dado ao espaço que é explorado por interesses políticos, como ressaltado por Corrêa (1995).

Raffestin (1993), assim como Ratzel, também analisa o território por meio de uma visão político-administrativa, tendo em vista que aquele entende que “nenhuma sociedade por mais elementar que seja, escapa à necessidade de organizar o campo operatório de sua ação” (RAFFESTIN, 1993, p. 150), mas acrescenta a isso que a construção do sistema territorial é promovido pela produção cultural, econômica, política, assim como também por meio da identidade do seu povo.

Desse modo, o desenvolvimento do território é dado pelas relações de produção que, conseqüentemente, o transforma, pois o território é “um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p. 143 -144). Portanto, ao se falar de “território a noção de limite, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 153).

Logo, podemos dizer que Raffestin (1993) entende o território enquanto fruto do trabalho humano, no qual expressa as relações de dominação e, por consequência, o poder existente entre estas. Por outro lado, a territorialidade é a forma pelo qual o poder se materializa através das redes, pontos, nós e malhas, as quais retratam, por sua vez, os campos de ação, produzindo, desse modo, o território de atuação de um determinado

grupo, Estado-Nação, empresa, por exemplo.

Ao discutir o conceito de território, Souza (1995) concebe que é nas relações de poder que está contida a ideia de domínio sobre determinada porção do espaço, e conceitua o território como um “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 1995, p. 78). O autor ainda enfatiza que o território é um espaço concreto, ou seja, antes das relações sociais que são dadas no território, existe um substrato material que viabiliza a produção social deste (SOUZA, 1995).

Souza (1995) reconhece que o território pode ser entendido a partir de uma visão de Estado Nação. Entretanto, o autor chama a atenção para o fato de que os territórios

existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional (p.ex a área formada pelo conjunto de territórios dos países membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses e dias; território podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica (SOUZA, 1995, p. 81).

Além das abordagens tradicionais sobre o conceito de território, Haesbaert (2008) nos diz que tanto existe poder no espaço concreto (apropriação material), isto é, quando a ideia de território está ligada a posse ou dominação de um determinado espaço, bem como quando o conceito de território está correlacionado ao mundo simbólico através das relações imateriais de poder estabelecidas por um determinado grupo, por exemplo.

Neste sentido, o território em Haesbaert (2008), perpassa a ideia de político-administrativo (concreto/funcional) e incorpora as formas subjetivas de poder, ou melhor dizendo, o poder imaterial, simbólico, cultural. Assim, “todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercermos tanto para realizar funções quanto para produzir significados” (HAESBAERT, 2008, p. 21).

Em complemento as discussões existentes, Milton Santos ao discutir território e dinheiro, no texto *O Dinheiro e o Território*, nos diz que o território “é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência” (SANTOS, 1999, p. 7). E acrescenta que no atual período que estamos vivenciando não devemos entender o território apenas como território em si, mas como o território usado, pois

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a Geografia. É o território usado que é uma categoria de análise (SANTOS, 1999, p. 8)

Embasados por essas conceituações sobre território, podemos verificar que o conceito de território vai muito além de uma delimitação física. Em outras palavras, ele carrega características que perpassam pela ideia de identificação, apropriação e relações de poder, estas últimas que estão permitindo o entendimento da subordinação dos produtores as ações ditadas pelas empresas avícolas atuantes no município de Pocinhos.

Mediante a importância que a avicultura possui para o território municipal de Pocinhos, as normas impostas pelo capital industrial no processo produtivo dessa atividade coloca, sobretudo, os agricultores familiares em situação de risco, pois quando os mesmos não têm capital suficiente para se adequarem as exigências das empresas são excluídos do sistema de integração. Desse modo, a ausência de políticas públicas para os agricultores familiares que trabalham com avicultura em Pocinhos coloca em risco não só o desenvolvimento social e econômicos dos agricultores, mas também a própria economia do município, uma vez que a principal atividade agropecuária de Pocinhos é a avicultura de corte. Assim, discutiremos teoricamente no próximo tópico o que se entende sobre políticas públicas.

### **1.3 Políticas Públicas**

As políticas públicas surgiram como uma disciplina acadêmica nos Estados Unidos nos anos de 1930, visando estudar as ações governamentais. Nas últimas décadas o debate sobre políticas vem sendo bastante fomentado em virtude de três fatores: 1) a adoção de políticas restritivas de gasto, nas quais os países em desenvolvimento passaram a adotar; 2) as novas visões sobre o papel dos governos na substituição das políticas Keynesianas do pós-guerra por políticas restritivas de gastos; e 3) ao comprometimento das recentes democracias da América Latina no que diz respeito à diminuição das desigualdades sociais e a busca pelo desenvolvimento econômico (SOUZA, 2006).

De acordo com Souza (2006), podemos entender as políticas públicas, do ponto de vista teórico-conceitual, como sendo

o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p. 26).

Para Teixeira (2002, p.2), as políticas públicas são entendidas como:

diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as “não-ações”, as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos.

Alicerçados por essas concepções, inferimos que as políticas públicas, via de regra, estão ligadas a intervenção estatal, onde a participação da sociedade civil organizada possui papel fundamental, haja vista que são os atores sociais que reivindicam junto ao Estado os seus interesses, e torna a participação popular um fator de grande destaque, considerando que quanto mais organizada a sociedade estiver mais existe a possibilidade de criação e materialização de uma política pública.

Essa participação social na construção e efetivação de uma política pública é defendida por entender-se que os processos das políticas públicas conjugam um conjunto de momentos não-lineares, articulados e interdependentes, formados pela constituição do problema, formulação de alternativas de política, adoção da política e implementação ou execução da política ou programa (BUENO, 2009, p. 8).

No Brasil, o Estado Democrático de Direito ainda é muito recente. A nossa democracia vem cavalcando a passos lentos para amenizar as desigualdades sociais e regionais que acompanham a história da formação do território brasileiro desde o período colonial. Santos (1997) mostra que os brasileiros têm as suas cidadanias mutiladas, uma vez que a maioria da sociedade não tem acesso mínimo aos direitos sociais estabelecidos na Constituição Federal de 1988.

Partido dessa premissa, o debate sobre políticas públicas, no Estado brasileiro, surgem nos meados dos anos 1980 com o objetivo de ampliar a participação popular,



visando incluir nas agendas de governo pautas que trazem as necessidades da sociedade (TEIXEIRA; PAULA, 2017), pois como o Brasil se constitui um país em que a desigualdade social aparece de modo gritante é dever do Estado “assegurar aos indivíduos acesso aos bens e serviços públicos essenciais para que o exercício dos seus direitos civis, sociais e políticos sejam possíveis, ainda que a isonomia, ou melhor, dizendo, a ausência dela, persista como desafio social, político e intelectual” (RODRIGUES, 2014, p. 155). Entretanto, Teixeira (2002) chama a atenção para o fato de que há formas diferentes de encarar as políticas públicas, dado que as concepções de políticas públicas vão variar conforme a orientação política. Assim, em uma visão liberal o Estado pouco ou quase nada concede investimentos aos indivíduos que estão em condições de vulnerabilidade social, posto que conforme o pensamento liberal “as desigualdades sociais são resultados de decisões individuais” (TEIXEIRA, 2002, p. 4).

Já no que se diz respeito a uma visão social democrática, são concedidos “benefícios” as pessoas que estão à margem do processo de desenvolvimento do sistema capitalista de produção, buscando preencher as lacunas da supremacia do capital, onde as políticas públicas detêm o papel de garantir a reprodução social e econômica dos sujeitos que estão em condições de insegurança social (TEIXEIRA, 2002, p 4). O mesmo autor ainda acrescenta que essa visão social democrática

foi traduzida no sistema do chamado Estado de Bem Estar Social, cujo aparato cresceu muito, levando a uma relativa distribuição de renda e ao reconhecimento de uma série de direitos sociais, mas também a um controle político burocrático da vida dos cidadãos, considerados como objetos, como meros consumidores de bens públicos (TEXEIRA, 2002, p. 4).

No entanto, com a nova forma de acumulação do capital a partir dos anos de 1970, impulsionada pelo processo de globalização, o modelo de Bem Estar Social entra em crise, pois a partir de então o sistema capitalista de produção reconfigura as formas de relações de trabalho, incrementa novas tecnologias tanto na produção rural como na urbana pautadas em uma política neoliberal, deixando de lado a intervenção estatal para qualquer atendimento das necessidades da população que se encontra marginalizada no contexto do sistema capitalista de produção (TEIXEIRA, 2002, p 4).

Desse modo, podemos dizer que o novo modelo de reestruturação produtiva do capital, baseado na globalização, fez com que o Brasil passasse a contribuir para o aumento das desigualdades sociais no campo, em virtude de que os benefícios da

globalização não são colocados para todas as pessoas, pois a modernização dos aparatos técnicos estão disponíveis, sobretudo, para aqueles que possuem melhores condições socioeconômicas, como bem ressalta Santos (2002) ao abordar o processo de globalização como de fato ele é, ou seja, perverso.

A formulação das políticas públicas no contexto do meio técnico-científico-informacional, período ao qual a globalização ganha maior impulsividade dentro da ciência geográfica, torna a criação das políticas públicas algo complexo, haja vista que estão em jogo não só os interesses dos atores sociais ligados à realidade local, mas também atores de outras localidades país, bem como atores internacionais (TEIXEIRA, 2002, p. 4).

Nesse sentido, cabe verificar como a ausência das políticas públicas vem afetando a reprodução da atividade avícola em Pocinhos, na qual os agricultores familiares são submetidos a se enquadrarem em padrões de tecnificação exigidos pelo capital industrial, onde nem sempre os agricultores familiares camponeses têm condições financeiras para se enquadrarem na lógica de produção exigida pelas indústrias.

#### **1.4 Agricultura Familiar**

Inicialmente, gostaríamos de destacar que não pretendemos neste tópico fazer uma revisão bibliográfica aprofundada sobre as diferentes abordagens do entendimento do que venha ser o pequeno produtor familiar dentro das ciências sociais, sobretudo no que diz respeito aos estudos da Geografia Agrária. Contudo, acreditamos que é necessário fazer algumas ponderações no que se diz respeito à ótica pela qual entendemos o agricultor familiar.

A figura do produtor familiar no Brasil é bastante antiga, podemos dizer mais precisamente que desde o período colonial ela já se mostrava como uma prática importante para atender as necessidades de abastecimento alimentar no país. A origem dessa produção alimentar está diretamente ligada a uma “massa heterogênea de brancos que não eram senhores, de negros livres, que não eram escravos, de índios e de mestiços” (SILVA, 1981, p. 10), que produziam para sua própria subsistência e vendiam parte da produção para as feiras das cidades.

No entanto, contraditoriamente o reconhecimento do papel dos pequenos produtores familiares nunca foi feito de fato, haja vista que o fortalecimento da produção familiar, na maioria das vezes, esteve marginalizada no que diz respeito ao

desenvolvimento de iniciativas estatais que visassem a consolidação do reconhecimento do agricultor familiar enquanto agente fundamental da segurança alimentar do país<sup>3</sup>.

Entretanto, após a Segunda Guerra mundial houve uma intensificação das políticas de crédito tanto para produção do agronegócio como para agricultura familiar, o que permitiu não só aquele aprimorar os equipamentos técnicos para a sua produção, mas também possibilitou que os agricultores adquirissem instrumentos que estão em consonância com a reestruturação produtiva da agropecuária atualmente, todavia, a distribuição do crédito não acontece de modo igualitário, uma vez que a número maior de crédito fica concentrado, principalmente na mão do agronegócio, o que contribui para a manutenção das desigualdades econômicas e sociais no campo brasileiro.

Isso acontece porque o Brasil sempre foi um país preocupado em exportar produtos primários (cana-de-açúcar, café, milho, soja, entre outros) os quais sempre foram responsáveis por ocupar grandes faixas territoriais, quer seja no período colonial no qual a distribuições das terras eram concedidas pelas sesmarias, quer seja agora em que a propriedade privada da terra é ocupada, principalmente, por extensas áreas de cultivo, como o caso da região Centro Oeste do país, aonde a plantação de soja vem se territorializando.

Mais precisamente a partir dos anos de 1990 o governo brasileiro começou a intervir no país concebendo um conjunto de programas e ações ou políticas públicas voltadas à redução das desigualdades regionais e a melhoria dos indicadores econômicos e sociais. Dentre esses programas podemos citar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, criado na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que

financia os custos de produção, a melhoria de infraestrutura de produção que exige financiamentos de longo prazo, a agregação de valor à produção primária e as cotas-partes das cooperativas de produção dos agricultores familiares. Os financiamentos só são concedidos para atividades produtivas geradoras de renda (MDA, 2011, p.12).

O Programa emergiu como consequência das reivindicações para fortalecer a agricultura familiar, uma vez que foi reconhecida a sua importância tanto para a soberania alimentar no Brasil quanto para estimular o aumento da produção familiar e, com isso, melhorar a qualidade de vida dos pequenos produtores rurais. O Programa também busca

---

<sup>3</sup> No entanto, “no período colonial quando havia fome na colônia e as autoridades estimulavam os pequenos agricultores a expandirem sua produção, para abastecer não só as vilas e cidades” (SILVA, 1981, p. 10).

inserir os agricultores familiares no mercado, dando-lhes acesso ao crédito, à comercialização dos produtos e aquisição de equipamentos.

O PRONAF é dividido em diferentes grupos/linhas de auxílio ao crédito, e estas “possuem especificidades como público-alvo a ser alcançado, modalidade e finalidade do investimento, limite de crédito, juros a pagar, bônus de adimplência, prazos de pagamento e a carência” (RODRIGUES; LIMA, 2011, p. 116).

Mitidiero Júnior e Barbosa (2016), ao analisarem os dados do Censo agropecuário referente ao ano de 2006, adotaram uma metodologia de pesquisa própria de análise dos dados do Censo, chamando “os estabelecimentos rurais de **pequeno** os que possuem entre 0 a 200 hectares, de **médio** os que estão na faixa de 200 a 1.000 hectares e de **grandes** os acima de 1.000” (MITIDIERO JUNIOR e BARBOSA, 2016, p. 5). Os autores destacam que a alimentação dos brasileiros advém dos pequenos estabelecimentos agropecuários, ou seja, dos produtores familiares.

A construção teórica da produção familiar no Brasil tem se distinguido entre camponês e agricultor familiar, o primeiro estaria ligado ao arcaico, ou seja, a práticas rudimentares de produção e que consequentemente o deixaria de fora da lógica do sistema capitalista, já o segundo representa o novo, isto é, o que incorpora em sua produção objetos técnicos que estão em consonância com a racionalidade atual do sistema capitalista no campo (FERNANDES, 2001). Esta última abordagem acadêmica foi fortemente impulsionada nos anos de 1990, sobretudo com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar (PRONAF).

Dentre os vários aspectos abordados referentes à agricultura familiar, ganharam expressividade os relacionados à inserção social e econômica dessas explorações; a pluriatividade das unidades produtivas; os impactos decorrentes das políticas públicas destinadas a esses produtores, com destaque para o PRONAF; a questão do desenvolvimento local; as formas de organização social, com ênfase nas associações e cooperativas; e as estratégias de reprodução social dessa categoria de produtores rurais (HESPANHOL e COSTA, 2002, p. 160).

Todavia, Wanderley (1996) afirma que a agricultura familiar não é uma categoria social recente, e complementa dizendo que a agricultura familiar deve ser entendida “como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção e assume o trabalho no estabelecimento produtivo” (WANDERLEY, 1996, p. 2).

Entendemos aqui que esteve e estar em curso um processo de mudança que vem afetando a maneira de produzir e a vida dos agricultores, e que as transformações que

estão acontecendo na vida dos produtores familiares apresentam-se pondo em risco a própria lógica familiar (WANDERLEY, 2003). No entanto, as modificações pelas quais esses sujeitos estão passando não fizeram com que eles perdessem a sua própria estratégia de produção e reprodução, onde a instância imediata de decisão está ligada diretamente a família<sup>4</sup>.

Mesmo integrada ao mercado e respondendo às suas exigências, o fato de permanecer familiar não é anódino e tem como consequência o reconhecimento de que a lógica familiar, cuja origem está na tradição camponesa, não é abolida; ao contrário, ela permanece inspirando e orientando – em proporções e sob formas distintas, naturalmente – as novas decisões que o agricultor deve tomar nos novos contextos a que está submetido (WANDERLEY, 2003, p. 48).

Em vista disso, não compreendemos o agricultor familiar como uma categoria operacional das políticas públicas que a eles foram destinadas, mas sim como “atores sociais, construtores e parceiros de um projeto de sociedade – e não simplesmente objetos de interação do Estado, sem história” (WANDERLEY, 2003, p. 47), posto que segundo Wanderley (1996) a agricultura familiar se constitui uma categoria extremamente genérica, em razão de que a “combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais” (WANDERLEY, 1996, p. 3).

Dessa forma, é preciso, portanto, levarmos em consideração que a agricultura familiar que se produz nas sociedades modernas, como a brasileira, “deve adaptar-se a um contexto econômico próprio dessas sociedades, que a obriga a realizar modificações importantes em sua forma de produzir e em sua vida tradicional” (WANDERLEY, 1996, p.2), tendo em vista que o saber tradicional do camponês passado de geração em geração não é mais capaz de orientar o comportamento econômico pelo qual o campo brasileiro vem passando (WANDERLEY, 2003).

Logo, podemos inferir, a partir do pensamento de Wanderley (1996), que a atual figura do produtor familiar, isto é, o agricultor familiar não foi construído em cima de uma ruptura total sobre as formas anteriores de produção familiar, no caso, o camponês, isto porque ao

se adaptar às exigências da agricultura moderna, esta forma de agricultura guarda ainda muito dos seus traços camponeses, tanto porque ainda tem que “enfrentar” os velhos problemas, nunca

---

<sup>4</sup> É sobre essa ótica que entendemos a agricultura familiar brasileira.

resolvidos, como porque, fragilizada, nas condições da modernização brasileira, continua a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças (WANDERLEY, 1996, p. 15).

Portanto, podemos dizer que a presença das tradições do campesinato estão vivas no agricultor familiar, já que ainda em conformidade com Wanderley (1996) no agricultor familiar há um camponês bem acordado, todavia, entendemos que “a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês” (FERNANDES, 2001, p. 30), pois como observado em campo nem todos os agricultores familiares possuem uma essência camponesa. Assim, nos capítulos seguintes buscaremos entender como vem se dando a reprodução da agricultura familiar no município de Pocinhos levando em consideração o processo de subordinação ao capital industrial da avicultura de corte.

## **II CAPÍTULO**

# **DIFUSÃO DO MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO- INFORMACIONAL NO CAMPO**

Este capítulo busca mostrar como o meio técnico-científico vem se difundindo no campo, sobretudo na produção avícola. Desse modo, o mesmo foi estruturado em dois tópicos, sendo o primeiro dedicado a explicar como sistemas de objetos e sistemas de ações vêm se consolidando na produção da avicultura no território brasileiro, nordestino e paraibano, e o segundo traz a racionalidade que o meio técnico-científico-informacional vem proporcionado à reprodução da atividade avícola no município de Pocinhos - PB.

## **2.1 Os sistemas de objetos e sistemas de ações para o campo e a produção da avicultura de corte**

O meio técnico-científico-informacional é a atual marca do processo de globalização do espaço geográfico. De tal modo que as formas de fazer no campo, antes conduzidas por uma racionalidade natural e, posteriormente, substituídas por técnicas que aumentaram a produtividade e diminuíram o tempo gasto na produção agropecuária, estão dando lugar para ações e objetos do atual período técnico do espaço geográfico, isto é, o meio técnico-científico-informacional.

A demanda por aumento da produtividade, por redução do tempo de produção e por ampliação de cultivos em áreas com menores quantidades de terra, por exemplo, desencadeou e intensificou um processo que na literatura é denominado de modernização da agricultura. Rapidamente, esse processo também foi transformando as relações entre o capital e o trabalho, e trazendo consigo inovações ao processo produtivo, tendo em vista que as transformações no uso do território se deram a partir do incremento de inovações biológicas, físico-químicas e mecânicas, decorrentes da adoção do pacote tecnológico da Revolução Verde. Tais mudanças foram ocasionadas pela subordinação da agricultura ao capital industrial<sup>5</sup>.

Sobre a subordinação da agricultura, Moreira e Targino (1997) descrevem as alterações na forma de produção para efetivar a sua participação no mercado capitalista da seguinte maneira:

Ao subordinar-se às leis do lucro, a agricultura necessita aumentar a produtividade do trabalho, ou seja, ela necessita que cada trabalhador

---

<sup>5</sup> A subordinação da atividade agrícola ao capital se deu mais precisamente por meio dos complexos agroindustriais (CAI's). Os complexos agroindustriais têm como sua formação básica o tripé: indústria para a agricultura, agricultura e a agroindústria. Nesse sentido, os complexos buscam construir vínculos econômicos, financeiros, técnicos e intersetoriais estabelecendo desse modo um poder maior da indústria sob a agricultura, dado que o CAI's não se constitui apenas uma integração de técnicas com a agricultura, mas uma integração financeira, na qual a indústria comanda o setor agropecuário (SILVA, 1981).



produza mais em menos tempo. Isso só é possível de obter-se aumentando a jornada e/ou intensificando o ritmo de trabalho das pessoas. Para tal, se faz necessário uma mudança nas relações técnicas de produção, o que leva a uma integração maior da agricultura com a indústria, seja como compradora de adubos, máquinas e defensivos, seja como vendedora de matérias-primas (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 197-198).

Esse processo de modernização no Brasil contou com linhas de crédito e financiamento por parte do Estado. Isso porque havia uma necessidade em transformar as formas e as relações de produção vigentes, pois “se pretendia passar de uma agricultura tradicional, totalmente dependente da natureza e praticada por meio de técnicas rudimentares, para uma agricultura mecanizada” (TEIXEIRA, 2005, p. 23).

No entanto, conforme Santos e Silveira (2001) os investimentos públicos ficavam aglomerados, principalmente na Região Concentrada, isto é, nas regiões Sudeste e Sul do país, pois as técnicas não se disseminaram de maneira igualitária pelo território brasileiro, haja vista que os lugares possuem características econômicas, físicas e sociais distintas.

Diante desse cenário, a reestruturação produtiva do campo brasileiro foi extremamente seletiva, porque privilegiou áreas, produtos e segmentos sociais, dado que estas características foram responsáveis pelos seguintes impactos: oligopolização do setor agropecuário, concentração da terra, transformações das relações sociais de trabalho, bem como a fragmentação do espaço agrícola (ELIAS, 2005).

Com essa passagem, a agropecuária brasileira começa a ingressar no contexto da produção tecnificada, isto é, fica cada vez mais dependente da ciência e de técnicas modernas. Sobre esta ligação entre ciência e técnica, Santos (2006) relata que:

Essa união entre técnica e ciência vai dar-se sob a égide do mercado. E o mercado, graças exatamente à ciência e a técnica, torna-se um mercado global. A idéia de ciência, a idéia de tecnologia e a idéia de mercado global devem ser encaradas conjuntamente e desse modo podem oferecer uma nova interpretação à questão ecológica, já que as mudanças que ocorrem na natureza também se subordinam a essa lógica (SANTOS, 2006, p. 159).

Segundo Locatel (2012), o campo brasileiro começou a reproduzir a lógica de um período técnico que se faz presente em todo o globo, ou seja, o período técnico-científico-informacional, com a incorporação dos novos insumos e tecnologias mais avançadas, com uma grande inversão de capital na agropecuária.

O espaço agrário brasileiro é dotado de menos rugosidades que as cidades, como afirma Santos (1985, 2001). Essa condição faz com que a difusão do meio técnico-científico-informacional ocorra de modo mais acelerado do que nas cidades brasileiras, as quais são “repletas de capitais mortos, mostrando-se um dos lócus de introdução dos capitais industriais e financeiro” (ELIAS, 2013, p. 17).

Neste meio, a lógica global se impõe nos lugares na busca por universalizar as formas do fazer a partir da técnica. Desse modo, a informação vai se constituir em um dos principais atributos, uma vez que é a nova promotora da transformação espacial. Ela “não apenas está presente nas coisas, nos objetos técnicos, que formam o espaço, como ela é necessária à ação realizada sobre essas coisas. A informação é o vetor fundamental do processo social” (SANTOS, 2006, p. 160).

Os objetos já não trabalham sem o comando da informação, mas, além disso, passam a ser, sobretudo, informação. Uma informação especializada, específica e duplamente exigida: informação para os objetos, informação nos objetos. Todos esses objetos modernos aparecem com uma enorme carga de informação, indispensável a que participem das formas de trabalho hegemônico, ao serviço do capital hegemônico, isto é, do trabalho mais produtivo economicamente (SANTOS, 2006, p. 143).

Outra característica do atual período técnico é a subordinação das ações dos lugares às lógicas distantes, em que “muitas das ações que se exercem num lugar são o produto de necessidades alheias, de função cuja geração é distante e das quais apenas as resposta é localizada naquele ponto preciso da superfície da Terra” (SANTOS, 2006, p. 51).

Com tal característica, o homem comum pouco ou quase nada tem poder no que concerne a tomada de decisões, visto que as decisões são, na maioria das vezes, realizadas pelos atores hegemônicos, isto é, os governos, as empresas multinacionais, as organizações internacionais, as grandes agências de notícias, os chefes religiosos, etc. Assim, as ações ficam cada vez mais precisas, mais racionais. Porém, também é correto afirmar que elas ficam cada vez mais cegas, porque são obedientes a um projeto alheio (SANTOS, 2006).

Conforme Elias (2013), o Brasil, no contexto dos países da América Latina, foi o país que mais reorganizou a atividade agropecuária no século XX, neste sentido, a mesma autora afirma que a reestruturação produtiva que o campo brasileiro realizou esteve abalizada na racionalidade do meio técnico-científico-informacional, considerando-se

que o seu funcionamento é regulado pelas relações de produção e distribuição globalizantes, pois a mesma visa atender a demanda do mercado urbano interno e a produção de *commodities* para exportação.

Assim, no atual meio do espaço geográfico podemos falar do surgimento de uma agricultura científica (SANTOS, 2001), esta que vem sendo responsável por fazer alterações tanto na dinâmica econômica como na vida das pessoas. Ainda de acordo com o pensamento de Santos (2001), a agricultura agora passa a receber influência das mesmas leis que regem os aspectos econômicos. A produção agrícola, portanto, passa a adotar uma referência global para realizar a sua produção, fazendo com que seja requisitos básicos da sua reprodução a junção entre técnica, ciência e informação para, conseqüentemente, obter o aumento das quantidades produzidas em relação às áreas plantadas devido a independência dos fatores naturais como o clima, solo, e atributos biológicos, ocasionando, assim, o aumento da produtividade, que é uma demanda do sistema capitalista de produção (ELIAS, 2003).

Nos lugares onde ocorre a instalação desse tipo de agricultura encontra-se a necessidade constante por atributos científicos, como sementes selecionadas, fertilizantes, inseticidas, corretivos do solo, bem como a atuação da assistência técnica, visando racionalizar cada vez mais a produção (SANTOS, 2001). Nessa conjuntura, os produtores agrícolas devem manter obediência aos mandamentos técnicos e científicos (SANTOS, 2001), visto que “a rentabilidade do capital, exigida pela economia globalizada, induziu a existência de formas mais eficazes de produção, transformando radicalmente as forças produtivas da agropecuária” (ELIAS, 2005, p 4477).

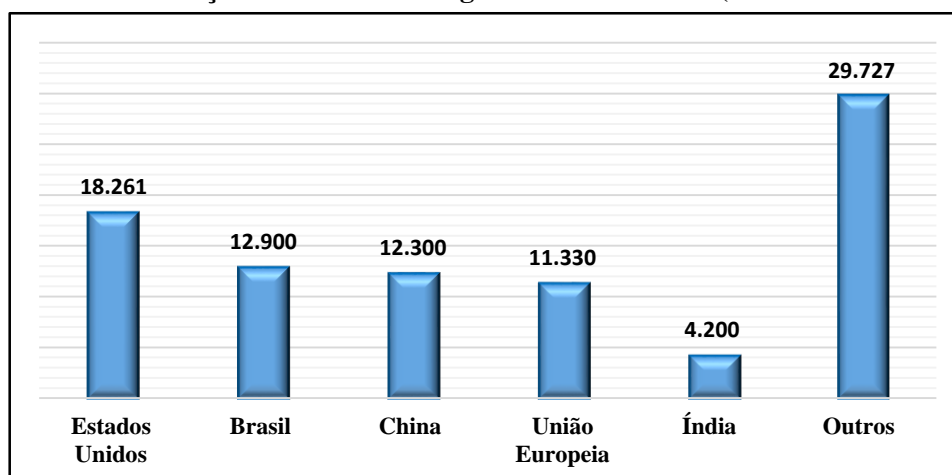
Diante de todas as normas exigidas pela agricultura científica, os agricultores que não se adequam as ações de subordinação ditadas pelo capital a globalização perversa se encarrega de excluí-los do processo produtivo que vem sendo difundido no campo brasileiro. No que se refere aos que se enquadram em tais normas técnicas e científicas podem ser considerados *servos de gleba* (SANTOS, 2001), em razão da sua falta de autonomia na produção agropecuária.

Na década de 1970, devido à crescente taxa de êxodo rural, e por consequência o crescimento da população das cidades, as atividades ligadas ao setor agropecuário sofreram um intenso processo de transformação para abastecerem o mercado urbano, como assinala Belusso e Hespanhol (2010). Dentro do modelo de reestruturação produtiva da agropecuária adotado pelo Brasil nos anos de 1970, destaca-se a produção de frango, a qual efetivou o seu desenvolvimento realizando uma junção da indústria

agropecuária com a indústria processadora, fazendo com que a entrada de empresas processadoras no mercado e especialistas no processo de produção do frango impulsionasse a avicultura no território brasileiro (SOUSA, 2017, p. 39).

Segundo Conceição (2007), o crescimento da produção da avicultura de corte foi dado, sobretudo, por investimentos em pesquisa, avanços tecnológicos na genética e na criação de aves, bem como melhoramento das condições sanitárias de criação e fabricação. Acrescenta-se a isso os créditos subsidiados fornecidos pelo Governo Federal para a produção agropecuária, e de modo consequente à atividade avícola (SOUSA, 2017). A soma desses fatores fez com que o Brasil se destacasse no cenário internacional da produção de carne de frango, ocupando o segundo lugar no mercado mundial (Gráfico 1).

**Gráfico 1 – Produção de carne de frango mundial em 2016 (Milhões de toneladas)**



Fonte: USDA/ABPA (2017). Adaptado pelo autor, 2018.

Diante dessa conjuntura, a avicultura de corte tornou-se um dos mais importantes segmentos da atividade agropecuária no Brasil, dado a sua constante transformação na maneira de produzir para atender a demanda do mercado consumidor (BELUSSO; HESPANHOL, 2010).

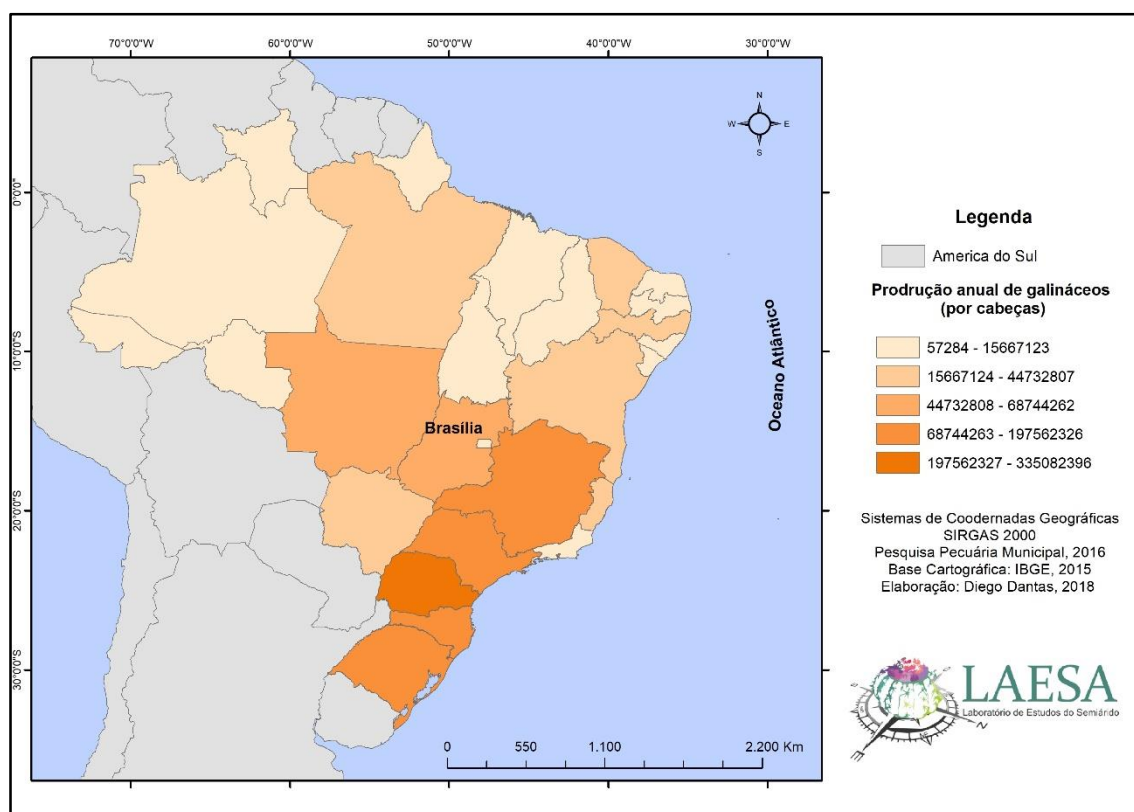
No que diz respeito ao destino da produção brasileira de carne de frango, segundo a ABPA (2017), no ano de 2016, 66% da produção foi destinada ao mercado interno, enquanto 34% ao mercado externo. Deste total, 31% dos produtos são exportados de maneira inteira, 2% em forma de embutidos, 4% salgado, 4% industrializados e 54% por meio de cortes.

Entretanto, Belusso e Hespanhol (2010) ponderam que essa dependência da avicultura brasileira ao mercado externo a deixa em vulnerabilidade, haja vista que,

segundo os autores, em um período de crise mundial poderá haver diminuição nas encomendas, as quais farão com que o Brasil adote medidas para reduzir a produção de carne de frango.

Dentro da produção brasileira de carne de frango, segundo os dados da Pesquisa Pecuária Municipal do ano de 2016, os estados que mais se destacam na produção de galináceos estão concentrados nas regiões Sul, Sudeste e a região Centro-Oeste do país (Mapa 2). Para Viera e Dias (2005), tal expressividade produtiva vem se dando, sobretudo, pelo fato de que nessas regiões existem instalações de grandes empresas do ramo da avicultura de corte, como, por exemplo, a Sadia, Perdigão, Seara, Frangosul e Avipal. Soma-se a esse fato a concentração de produção insumos básicos de grãos, como a soja e o milho na região Sul do país (BELUSSO; HESPANHOL, 2010).

**Mapa 2- Efetivos de galináceos no Brasil em 2016**



Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal (2016). Elaborado pelo autor, 2018.

A partir das informações contidas no mapa 2 é possível considerar que vem ocorrendo uma difusão da avicultura para as demais regiões do território brasileiro. Desse modo, em conformidade com Viera e Dias (2005), a integração vertical da avicultura de corte foi um dos principais fatores que contribuíram para expansão da indústria avícola

no Brasil, pois ao induzir a adoção de tecnologia para melhorar o controle da matéria-prima fez impulsionar a competitividade do setor avícola brasileiro no mercado interno que serviu de base para que o país se destacasse, posteriormente, no cenário mundial de exportação de carne de frango.

Nesse processo de reestruturação produtiva da agropecuária vem acontecendo uma intensificação da fluidez do território brasileiro para dotá-lo de investimentos econômicos, dado a expansão dos sistemas de objetos e sistemas de ações que visam impulsionar a dispersão espacial de produção, provocando, portanto, o acirramento da divisão social do trabalho e diferenciados arranjos produtivos no campo (ELIAS, 2005), ou seja, a instrumentalização do território no meio técnico-científico-informacional tende tanto a aumentar as desigualdades regionais quanto as sociais, já que o mesmo vai privilegiar áreas mais capitalizadas onde já existe uma atividade agropecuária organizada nos moldes atuais do sistema capitalista de produção.

No Nordeste brasileiro, o território passou por reestruturações produtivas para atender a lógica de reprodução do capital a partir de investimentos privados e incentivos financeiros oriundos de bancos e instituições governamentais como o Banco do Nordeste, o Departamento de Obras Contra a Seca (DNOCS) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Esses órgãos buscaram modernizar a atividade agropecuária por meio do fornecimento de crédito rural que beneficiou, principalmente, os grandes produtores agropecuários, aumentando, dessa forma, as desigualdades sociais que já se faziam presentes na região. Ainda é importante destacar, que tanto o DNOCS quanto a SUDENE foram responsáveis por dotar o território com várias obras, como construções de açudes, usinas hidrelétricas, ferrovias, entre outras (MEDEIROS, 2015).

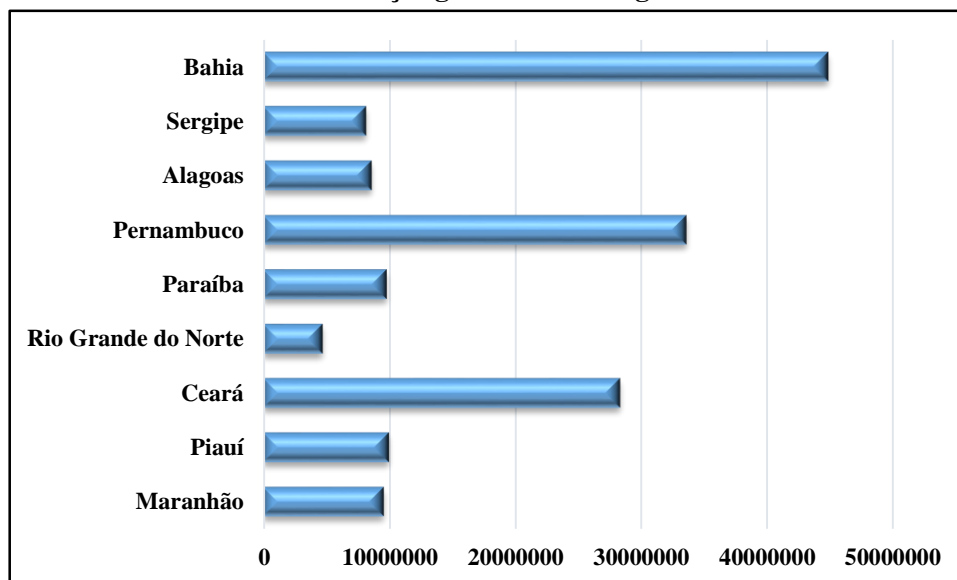
De acordo com Parré e Gulhoto (2001), nas décadas de 1970 e 1980 as modificações que ocorreram na atividade agrícola e pecuária na região Nordeste se deram de modo pontuais. As mudanças na base técnica produtiva da agropecuária, possibilitaram que culturas não-tradicionais fossem cultivadas na região, como, por exemplo, mamão, manga, melancia e uva, sobretudo na área de irrigação no submédio do Rio São Francisco. Outras culturas, como cacau e abacaxi, ocuparam, principalmente o Sertão e o Agreste nordestino, dado as manchas climáticas favoráveis para essas culturas (PARRÉ; e GULHOTO, 2001).

Em relação à avicultura de corte na região Nordeste, Buriti (2016) descreve que a expansão da avicultura busca aliar a necessidade de abastecimento interno de produtos

juntamente com aptidão dos produtores, ou seja, indústria vem se instalando de modo estratégico nos lugares em que existe mercado consumidor. Soma-se a isso a disponibilidade de infraestrutura e a localização privilegiada em relação as cidades onde as empresas avícolas estão instaladas.

Dentro da região Nordeste, os principais estados que se destacam na produção da avicultura de corte são: Bahia, Pernambuco e Ceará (Gráfico 2). De acordo com Buriti (2016), a concentração produtiva da avicultura de corte nesses três estados foi dada, especialmente, pelo fato de que tal atividade vem buscando territorializar-se preferencialmente em áreas que já são dotadas de uma base técnica consolidada, bem como a existência de médios e grandes produtores que estejam interessados em participar do processo de integração.

**Gráfico 2- Efetivo de cabeças galináceas na região Nordeste em 2016**



Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal, 2016. Adaptado pelo autor, 2018

Portanto, podemos dizer que características da avicultura nordestina estão em consonância com o modelo gestado pela avicultura industrial presente nas demais regiões do território brasileiro, na qual vem ocorrendo “uma reespacialização concentrada da produção de frangos de corte, o que gera, consequentemente, desigualdades regionais e locais” (BURITI, 2016, p. 61), ou seja, alguns estados nordestinos se destacam mais do que os outros devido as suas condições infraestruturais para alojar a atividade avícola.

Diante do contexto posto pelo atual modelo de reestruturação produtiva do campo, na década de 1970, o Estado da Paraíba recebeu investimentos produtivos vinculados ao desenvolvimento regional e incentivos para programas energéticos, como

o Programa Nacional do Álcool (PROALCOOL). Este Programa, criado pelo Decreto nº 76.593 de 14 de novembro de 1975, teve como objetivo estimular a produção de álcool em substituição aos derivados do petróleo, podendo ser apontado como um dos responsáveis por mudanças significativas na dinâmica do espaço agrário da Mesorregião da Mata Paraibana e da Microrregião do Brejo Paraibano, na medida em que a atividade canavieira, sobretudo para a produção de álcool, passou a ser um dos principais fatores que movimentaram a economia daquelas regiões.

No que se diz respeito às Mesorregiões da Borborema e do Sertão Paraibano, onde a atividade pecuária se estabeleceu com maior expressividade quando comparada com a agrícola, cabe ressaltar que as condições para a tecnificação foram dadas, sobretudo, com crédito subsidiado por instituições financiadoras, como o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste e o Banco do Estado da Paraíba (antigo Paraiban) (MOREIRA; TARGINO, 1997).

Esses bancos oficiais efetuaram repasses dos recursos de bancos ou entidades estrangeiras como o Banco Mundial (BIRD), o Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), entre outros, além de recursos oriundos do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), do PROTERRA, do POLO NORDESTE e o PROJETO NORDESTE, que também se inseriram neta política (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 138).

Em face da localização semiárida da área na qual as Mesorregiões da Borborema e do Sertão Paraibano estão localizadas, a construção de açudes foi uma alternativa essencial para fortalecer a atividade agropecuária. Além disso, foram elaborados e executados projetos de irrigação para dotar áreas semiáridas de melhores condições para o desenvolvimento de atividades agropecuárias, como o Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos do Nordeste (PROHIDRO), o Projeto Sertanejo e o Projeto Canaã (MOREIRA; TARGINO, 1997).

A expansão da área irrigada observada entre 1970 e 1980 se deu, sobretudo, nas microrregiões do Catolé do Rocha, de Cajazeiras, de Patos, do Seridó Ocidental, do Cariri Ocidental, na região da Bacia leiteira de Campina Grande (Campina Grande, Boqueirão, Barra de São Miguel, Queimadas, Aroeiras e Umbuzeiro) (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 209).

Desse modo, podemos constatar que os projetos de irrigação foram absorvidos, sobretudo, nos municípios localizados no semiárido paraibano, buscando “permitir a continuidade da atividade agropecuária durante os períodos secos” (MOREIRA; e



TARGINO, 1997, p. 207). Todavia, é válido ressaltar que as construções das obras hídricas não beneficiaram toda população, uma vez que estas, geralmente, ficavam instaladas nas propriedades privadas de pessoas ligadas as oligarquias locais, fazendo com que a maioria dos cidadãos não tirasse proveito das fontes de recursos hídricos existentes na região.

Atualmente, uma ação que podemos evidenciar que vem facilitado o fluxo de pessoas, mercadorias e de informações são reformas e construção dos fixos, ou melhor, da malha rodoviária estadual. O Governo da Paraíba, na gestão de Ricardo Coutinho, ainda no início do seu mandato, ou seja, no ano de 2011, estabeleceu como uma das metas do seu governo a melhoria dos índices de desenvolvimento socioeconômico do Estado. A partir dessa perspectiva, o Programa Caminho da Paraíba proporcionou investimentos de 1,34 bilhões de reais na “construção de estradas, desde a implantação de novas rodovias estaduais até a recuperação e rejuvenescimento de estradas existente do seu mandato” (PARAÍBA, 2017, p. 10).

Segundo palavras do governador, contidas na apresentação do livro *Caminho da Paraíba* (2017), “A Paraíba não poderia ser grande enquanto as regiões economicamente produtivas estivessem sem capacidade alguma de interligação entre suas cidades para escoamento de suas produções” (COUTINHO, 2017, p. 7).

A partir dessa ação governamental podemos inferir que existiu/existe uma preocupação do governo do estadual em equipar o território paraibano de fluidez, dado que no atual meio técnico-científico-informacional a fluidez do território se constitui como uma das principais cobranças das empresas para se instalarem, uma vez que “o sistema de produção que serve desse espaço de fluxo é constituído por redes – um sistema reticular-, exigente de fluidez e sequioso de velocidade” (SANTOS, 2001, p. 106).

Diante desse contexto de fluidez exigido pelas empresas, Santos (2001) explica que:

A tendência é a prevalência dos interesses corporativos sobre os interesses públicos, quanto à evolução do território, da economia e das sociedades locais. Dentro desse quadro a política das empresas - isto é, sua *policy* – aspira e consegue, mediante uma *governasse*, torna-se política; na verdade, uma política cega, pois deixa a construção do destino de uma área entregue aos interesses privatístico de uma empresa que não tem compromissos com a sociedade local (SANTOS, 2001, p. 107).

Explanado o contexto de fluidez do território paraibano, cabe apontar que os investimentos feitos pelo setor público a partir dos anos de 1970 para o fortalecimento da atividade criatória, isto é, para a pecuária, mais precisamente para a produção de carne e leite foram pensados para abastecer o mercado urbano (MOREIRA; TARGINO, 1997). Assim, podemos observar que as estradas se constituem como uma das principais ferramentas de interligação entre o campo e a cidade.

Ainda em conformidade com Moreira e Targino (1997), paralelamente a elevação do preço da carne bovina na Paraíba, houve um forte crescimento da produção de carne de aves em virtude da acelerada demanda por carnes no espaço urbano. Nesses termos, para Buriti (2016), a inclusão da Paraíba na produção da avicultura de corte é um tipo de estratégia regional, haja vista que o estado possui uma importante localização geográfica na região Nordeste, já que faz fronteira com os estados do Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco.

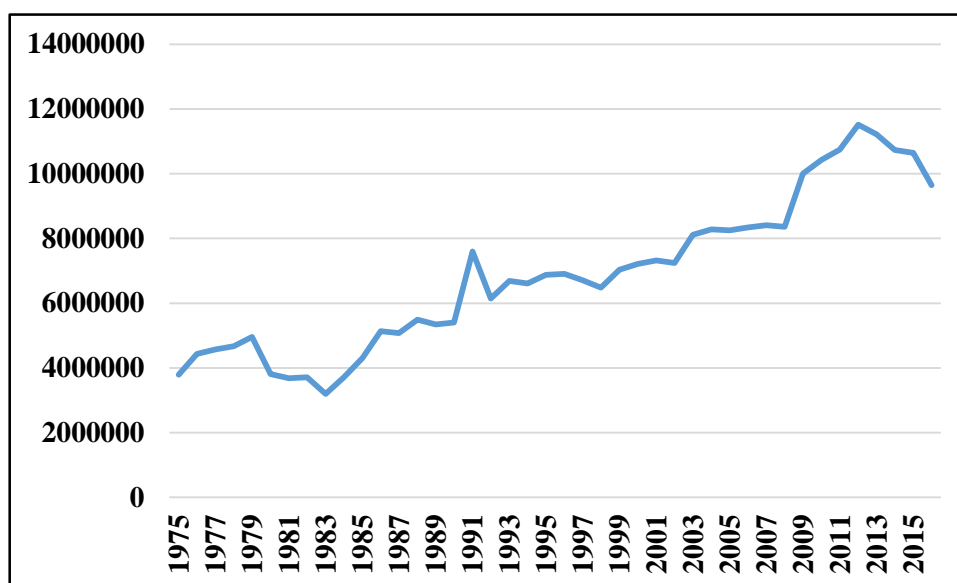
Diante desse cenário, constatamos, ainda, a partir dos dados da última Pesquisa Agropecuária Municipal (2016), que o estado da Paraíba, no contexto do efetivo de cabeças de galináceos, ocupou o quarto lugar na região Nordeste, produzindo 9.643.617 cabeças, ficando atrás apenas dos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará, que ocuparam primeiro, segundo e terceiro lugar, respectivamente.

A principal empresa em atuação no ramo da avicultura de corte do estado da Paraíba é a Guaraves Guarabira Aves LTDA, que vem atuando no território paraibano desde 1978, com sede no município de Guarabira. A empresa conta com uma equipe de 2000 funcionários espalhados pelas suas unidades de produção nos estados da Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí (GUARAVES, 2018).

De acordo com Carlos (2012), dentro do estado da Paraíba, a empresa Guaraves é a única que possui fábrica de ração e incubatórios em toda região. Segundo a autora, a Guaraves faz parte de um seletivo grupo, reconhecido pelo Ministério da Agricultura, que tem autorização para exportar carne de frango para os Estados Unidos, Europa e Ásia (CARLOS, 2012).

Dado a grandiosidade da Guaraves dentro do estado da Paraíba, podemos associar, principalmente, a evolução da produção avícola paraibana (Gráfico 3) a atuação dessa empresa, pois a mesma vem monopolizado os territórios de vários municípios do estado da Paraíba, sobretudo os da mesorregião do Agreste, como é o caso do município de Pocinhos.

**Gráfico 3 – Evolução da produção de aves na Paraíba (1975-2016)**



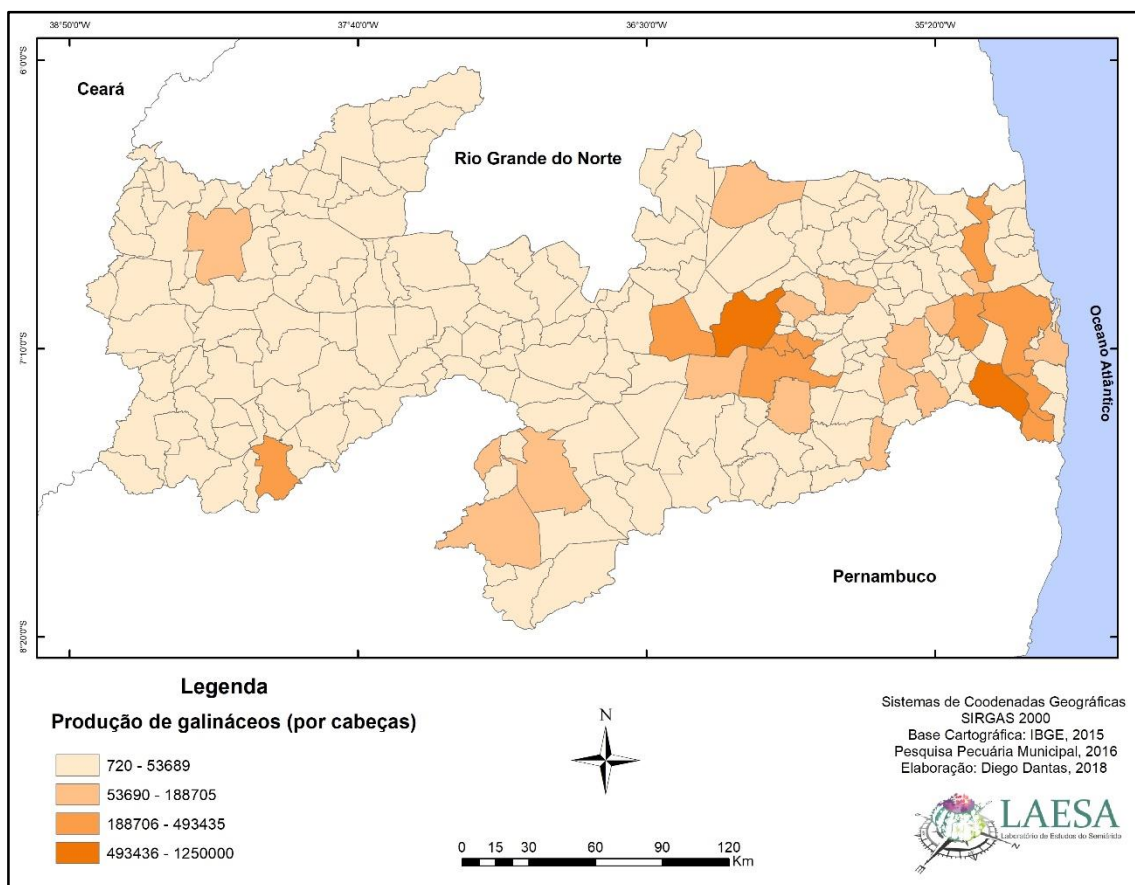
Fonte: Pesquisa Agropecuária Municipal (1975 – 2016). Adaptado pelo autor, 2018

Essa monopolização da avicultura de corte paraibana também tem sido concretizada por meio do aumento considerável de parcerias feitas pelas empresas do setor avícola que atuam no estado da Paraíba com os produtores, uma vez elas se utilizam das infraestruturas dos produtores por meio de contrato, buscando aumentar as suas produtividades industriais (BURITI, 2016).

Os dados da Pesquisa Trimestral do Abate de Animais (PTAA) mostram que nos anos de 2012, 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017 os números de abatimentos de frango no estado da Paraíba oscilaram, tendo em vista que foram abatidos 19.012.539, 20.487.990, 22.651.454, 17.031.003, 21.067.942 e 20.663.424, respectivamente. É possível inferir que essa variação iniciada no ano de 2015, no que diz respeito ao número de abatimentos de frango na indústria avícola paraibana, reflete o que vem ocorrendo na produção de empresas avícolas nacionais que assim como boa parte da indústria alimentícia brasileira, vêm passando por um momento de instabilidade tanto econômica quanto política, uma vez que empresas do setor agropecuário estão sendo investigados por envolvimento em casos de corrupção.

Na produção da avicultura paraibana vem ganhando destaque a produção em municípios localizados nas Mesorregiões do Agreste e da Mata (mapa 3). Isso pode, em parte, ser explicado pelo fato de que as Mesorregiões do Sertão e da Borborema são, tradicionalmente, consagradas a pecuária bovina (MOREIRA; TARGINO, 1997).

**Mapa 3 - Produção avícola paraibana no ano de 2016**



Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal (2016). Elaborado pelo autor, 2018.

De acordo com as informações contidas no mapa 3, destacam-se a produção avícola presente nos municípios de Pedras de Fogo, o qual ocupa o segundo lugar com 7.905.00 cabeças de galináceos e Pocinhos que é o maior produtor de aves do estado, com uma produção de 1.250.000 cabeças. Em Pocinhos a produção de aves está vinculada a atuação das empresas Guaraves, Azeven e Frango Dourado.

No item a seguir buscamos explicar a atuação dessas empresas na área de estudo, isto é, o município de Pocinhos, bem como destacar os sistemas de objetos e sistemas de ações que estão sendo empregados na atividade avícola do município, e que, por consequência, vem sendo um dos atributos responsáveis pela viabilização da instrumentalização do território.

## 2.2 A racionalidade dos sistemas de objetos e sistemas de ações na produção avícola em Pocinhos - PB

A produção avícola em Pocinhos vem passando ao longo do tempo por uma série de transformações no processo produtivo. Atualmente, as empresas que atuam no ramo da avicultura de corte nesse município vêm impondo aos seus fornecedores que eles adquiram equipamentos para racionalizar cada vez mais a produção avícola, visando, desse modo, incorporar as normas da produtividade estabelecidas pelo sistema capitalista de produção que, por sua vez, estão em consonância com o meio técnico-científico-informacional, como já destacado anteriormente.

Associado à dinâmica global, o meio técnico-científico-informacional vem corroborando para que a reestruturação produtiva da atividade avícola em Pocinhos siga os parâmetros difundidos pelo agronegócio, isto é, a junção da indústria com a produção pecuária da avicultura. Esse processo modifica as formas de fazer e reconfigura o território, na medida em que enquadram a produção da avicultura de corte no modelo da agricultura científica, já que a lógica que movimenta a maioria dos territórios nacionais no atual período do espaço geográfico é dinamizada pela acumulação da mais-valia.

Em conformidade com o que foi informado pela representante da ouvidoria municipal de Pocinhos, e que, momentaneamente, respondia pela secretaria de agricultura durante entrevista realizada em abril de 2018, a avicultura de corte é a principal atividade da agropecuária local. Os dados disponibilizados pela PAM, no ano de 2016 (tabela 1), já expressavam a importância da avicultura tanto na produção municipal quanto estadual.

**Tabela 1- Produção pecuária municipal de Pocinhos – PB**

Bovino	6.900
Equino	380
Suíno - total	3.300
Suíno - matrizes	550
Caprino	8.500
Ovino	12.000
<b>Galináceos - total</b>	<b>1.250.000</b>
Galináceos - galinhas	30.000

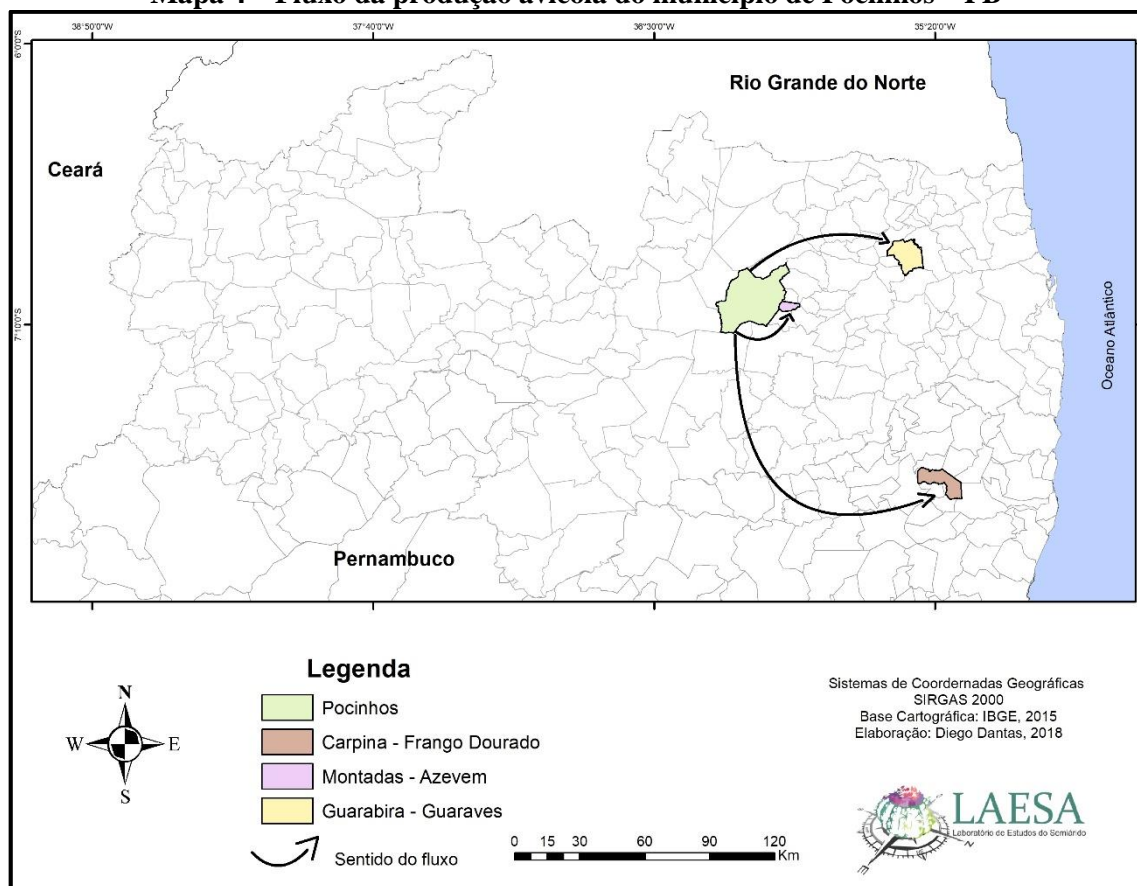
Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal (2016). Adaptado pelo autor, 2018

Segundo informações adquiridas durante a realização do trabalho de campo, as principais empresas responsáveis por fomentar a atividade avícola no município são, atualmente, a Guaraves, a Azeven e a Frango Dourado. Esta última “vem ganhando

espaço no território municipal, pois está pagando um preço mais justo pelo frango aos avicultores” (Representante do poder municipal de Pocinhos, abril de 2018).

Um atributo que nos chamou a atenção na produção da avicultura em Pocinhos se refere ao fato de que mesmo sendo o município com maior produção de frangos para avicultura de corte no estado da Paraíba, não há sede fixa de nenhuma das empresas mencionadas. Desse modo, praticamente toda a produção local é escoada para fora do território municipal, mais precisamente para os municípios de Guarabira e Montadas, na Paraíba, e Carpina, em Pernambuco, onde estão localizadas as sedes da Guaraves, da Azevem e do Frango Dourado, respectivamente (mapa 4).

**Mapa 4 – Fluxo da produção avícola do município de Pocinhos – PB**



Elaborado pelo autor, 2018.

Diante desse quadro, podemos dizer que um dos fatores que vem atraindo o capital industrial avícola para se instalar no território municipal de Pocinhos é o fato de que o município possui uma rede técnica que possibilita o escoamento da produção, isto é, a existência de fixos, como a BR-230 e PB-121, esta última que recentemente foi reformulada pelo governo estadual por meio do projeto Caminho da Paraíba. Dessa maneira, as estradas vêm possibilitando a ligação do município de Pocinhos às redes de

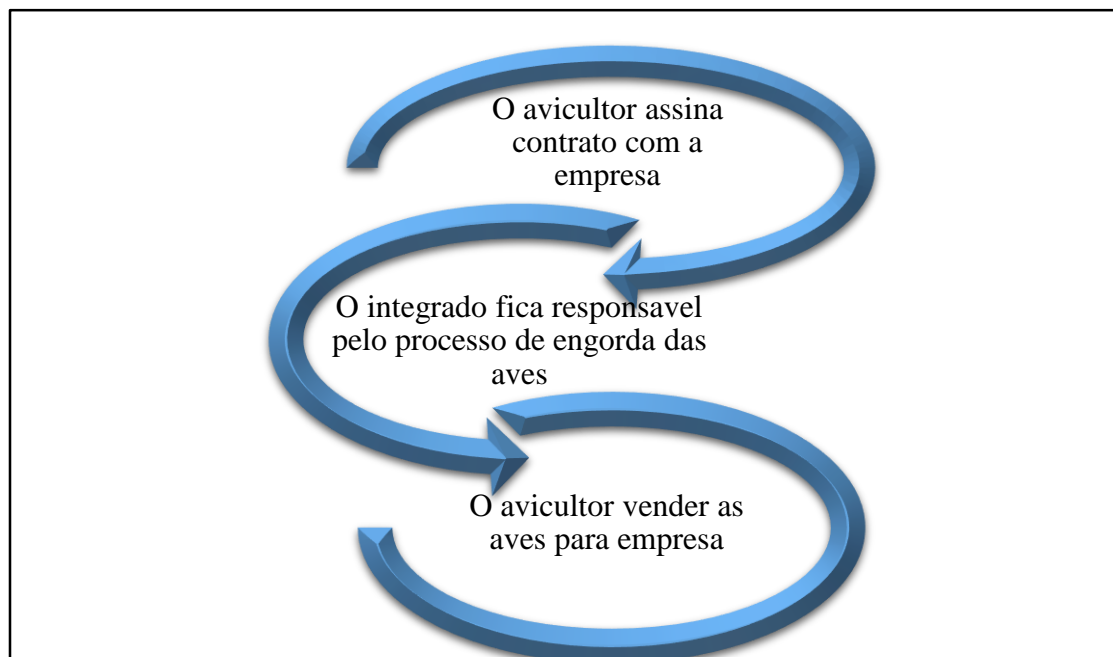
idades em que se encontram as sedes das empresas industriais avícolas que atuam na área da pesquisa e em outros municípios paraibanos.

A atividade produtiva da avicultura de corte no município de Pocinhos vem se territorializando, sobretudo por meio do sistema de integração. A prática deste sistema foi verificada nos cinco estabelecimentos agropecuários que visitamos durante os trabalhos de campo. É importante destacar que nesse processo tanto existem agricultores familiares que vêm participando do sistema de integração como, também, empresários ligados ao ramo da indústria de combustível e alimentos.

Observamos, ainda, que a produção avícola local é bem diversificada não somente pelo tamanho da produção e da infraestrutura onde as aves são alojadas, mas também pela mão de obra que vem sendo utilizada na atividade. No caso dos agricultores familiares entrevistados, a mão de obra utilizada é da própria família, e em alguns períodos da produção são contratados, informalmente, alguns ajudantes. Já no que tange aos empresários que investiram na atividade da avicultura de corte, foi constatado que as relações de trabalho ocorrem mediante a contratação de trabalhadores assalariados, e com registros na carteira trabalho.

No que concerne as características do contratos de integração das empresas com os avicultores, observamos na figura 1 que o sistema de integração da produção avícola em Pocinhos obedece a grosso modo três etapas.

**Figura 1: Sistema de integração da avicultura de corte em Pocinhos – PB**



Elaborado pelo autor, 2018.

A partir da figura 1, verificamos que o sistema de integração estabelecido pelas empresas avícolas com os produtores inicia-se por meio da assinatura de contrato. Em seguida, a empresa fornece a quantidade de pintos que serão alojados nos aviários. Durante o processo de criação, a empresa se responsabiliza em prestar assistência técnica de dois em dois dias, disponibilizar ração, remédios, papel para cobrir o aviário na fase inicial de criação dos pintos e artefatos de higienização (detergente, cloro e sabão em pó) e disponibilizar um veterinário para visitas a cada oito dias. Cabe um destaque para o fato de que os produtores, a partir do momento que assinam o contrato, devem utilizar apenas os produtos fornecidos pela empresa a qual ele é integrado.

No tocante ao papel, ou deveres, dos produtores integrados, cabe-lhes, ainda, a responsabilidade de construírem toda a infraestrutura para hospedar as aves nos moldes de padronização estabelecidos pelas empresas avícolas e cria-las de acordo com as suas exigências. No entanto, convém destacar que as ações ordenadas para criação das aves variam de acordo com a empresa em que o produtor está integrado. A Guaraves, por exemplo, possui, segundo informações obtidas de um dos seus técnicos durante a pesquisa de campo, um nível de exigência muito alto, posto que a empresa está exportando parte de sua produção para outros países, a exemplo da exportação de pés dos frangos para a



China<sup>6</sup>. Isso faz com que a empresa exija maior cuidado na criação das aves, o que implica em investimentos nos aparatos técnicos de produção e no manejo das aves por parte dos produtores.

Um dos procedimentos que a Guaraves passou a exigir para exportar os pés dos frangos pode ser verificado na fala do seu agente técnico:

Tem um motor aí que de dois em dois dias tem que passar, pois o frango não pode ter calo no pé, porque o pé é importado pra China. Aí se tiver um calinho, aquele pé se perde. Daí a empresa fica em cima direto pra passar a máquina, pois o frango tem que tá pisando no fofinho. O piso não pode ficar duro (Técnico da Guaraves, abril de 2018).

Esse processo de maior racionalidade na criação e engorda das aves exigido pela Guaraves fez com que um dos agricultores familiares entrevistados deixasse de ser um integrado dessa empresa. De acordo com ele, “a empresa estava exigindo muito, ela queria que a gente adquirisse um monte de equipamento e por causa da seca eu não tive condições de comprar, daí procurei a Frango Dourado para fornecer” (Agricultor familiar integrado à Empresa Frango Dourado, abril de 2018). Assim, podemos inferir que por mais que a Guaraves seja uma empresa considerada pequena, quando comparada a empresas como a Sadia, por exemplo, as ações que são exigidas no processo de produção estão de acordo com as normas estabelecidas pelas grandes empresas que comandam o capital avícola.

Cabe frisar que a empresa sabe a quantidade exata de produtos que devem ser disponibilizados para cada produtor. A ração, por exemplo, quando ultrapassa a quantidade que a empresa disponibiliza acarretará em prejuízo para o avicultor, uma vez que ela fornecerá mais ração e descontará os custos dos valores que serão pagos ao final do ciclo produtivo. Isso ocorre porque as empresas trabalham com um sistema denominado GPD (Ganho de Peso Diário). Nas palavras do técnico da Guaraves, tal sistema se configura da seguinte maneira:

A empresa sabe o quanto um frango desse come de ração por dia. Aí se chegar no final e a ração que ele comeu não tiver sido convertida em peso, aí se chama GPD, ou pra baixo ou pra cima. GPD é isso, o ganho de peso, o frango tem que acompanhar. Ele tem que comer a ração ideal dele. Se ele comer a ração e não ganhar peso, é prejuízo para o integrado (Técnico da Guaraves, abril de 2018).

---

<sup>6</sup> Atualmente o pé do frango só é exportado para China, mas a Guaraves vai começar a exportar também para Dubai.

Outro depoimento do técnico da Guaraves que nos chamou atenção foi a preocupação da empresa em se adequar ao contexto tecnológico informacional atual. Segundo o informante,

[...] você quer ver muído aqui dentro? É quando o veterinário constata desperdício de ração. A empresa sabe na mesma hora, porque tem um aplicativo no celular do veterinário em que ele registra tudo e em menos de uma hora a administração da empresa liga para o dono. Coisa que não acontecia antigamente, porque no livro era registrado e o desperdício de ração só chegava na empresa depois de um mês que era feito as anotações (Técnico da Guaraves, abril de 2018).

Diante do que foi exposto até o presente momento, constatamos que as ações estabelecidas pela Guaraves visam uma atuação esquematizada junto aos seus integrados, haja vista que as ações no meio técnico-científico-informacional contribuem para “eficácia, maior produtividade, maior rentabilidade, aos propósitos daqueles que as controla” (Santos, 2006, p. 149).

A racionalidade da produção avícola em Pocinhos não é só representada pelas ações, mas também pelos objetos que se utilizam nos galpões onde as aves ficam alojadas. Nesses termos, a tecnificação da avicultura no território municipal de Pocinhos vem se mostrando de maneira cada vez mais adaptada as exigências da reestruturação produtiva imposta pela agricultura científica, pois nos estabelecimentos dos produtores verificamos que os mesmos utilizam métodos, estruturas e formas de trabalho similares um ao outro, o que demonstram uma padronização no manejo dos frangos. Os aviários são de alvenaria; são construídos em terrenos planos, no sentido leste/oeste para que a incidência solar não afete de maneira direta as aves; são cobertos por telhas; laterais são utilizadas telas de aço ou de plástico (Fotografia 1) e o piso é coberto por bagaço de cana de açúcar. Ao término de cada ciclo, essa forragem, denominada de cama de frango, é comercializada para alimentação do rebanho caprino ou bovino. Segundo informações verbais de um produtor, a venda desse produto ajuda na diminuição dos gastos com os aviários.

**Fotografia 1 – Estrutura do aviário de pequeno produtor da Comunidade Lajedo do Boi**



Fonte: Trabalho de campo, 2018

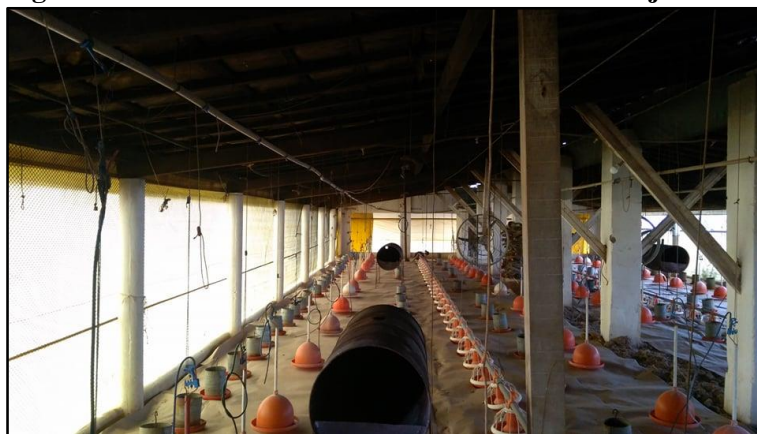
O tamanho dos aviários variava de acordo com as condições econômicas dos produtores, dado que quando os entrevistados eram agricultores familiares, e consequentemente detinham um menor poder aquisitivo, os seus galpões tinham 12m largura por 110m de comprimento, possuindo uma capacidade para alojar 13.000 aves, no entanto, segundo um dos agricultores, muitas vezes a empresa fazia ele abrigar 15.000 aves, o que para ele é algo ruim, uma vez que o espaço não possuía infraestrutura suficiente para comportar todas as 15.000 aves, fazendo, pois, com que houvesse um índice elevado de mortalidade no processo de engorda dos pintos. Diante do exposto, podemos inferir que o capital industrial avícola coloca metas maiores de produção para os produtores visando que os mesmo ampliem a sua capacidade de produção e adquiram novos aparatos técnico para facilitar o manejo das aves.

Os galpões dos estabelecimentos empresariais são maiores, mais bem dotados de infraestrutura em face da capacidade de investimento e também apresentam dimensões variáveis, as quais variam de 10m de largura por 150m de comprimento a 12m de largura por 160m de comprimento, e consequentemente há maior capacidade de alojamento das aves. Existem galpões que possuem a capacidade de alojar de 10.000 a 24.000 aves. Por isso, o cuidado nos aviários que têm maior capacidade de alojamento de aves é redobrado, sobretudo na fase inicial de criação, exigindo um maior número de funcionários para cuidar do lote.

Notamos que existe uma diferença entre os galpões dos integrados da Guaraves e o dos produtores que fornecem as aves para a Azeven e a Frango Dourado. Dos 5 estabelecimentos visitados durante a pesquisa de campo, três são de produtores integrados a Guaraves, e a maioria dos 14 galpões destes integrados contam com equipamentos

automáticos (Fotografia 3), mais especificamente os comedores e bebedores que funcionam por meio de força mecânica, sendo que os bebedores devem ser lavados duas vezes ao dia.

**Fotografia 2 - Sistema automático de aviário na Granja Palmares**



Fonte: Trabalho de campo, 2018.

O armazenamento da ração que serve para abastecer dos comedores (variam de 550 a 650 unidades por galpão), bem como a água para os bebedores (de 250 a 350 unidades por aviário), vem de fora do aviário. A água é armazenada em uma caixa d'água (Fotografia 3), entretanto, destacamos que o abastecimento da caixa d'água muitas vezes é oriunda da chuva ou de poços, mas nos últimos anos devido ao período de estiagem os produtores tinham que comprar água para abastecer o aviário, cada aviário necessitava por lote entre 8 e 10 carros pipas com 15.000 L.

**Fotografia 3 -Caixa d'água para abastecimento do aviário no estabelecimento do integrado à Guaraves**



Fonte: Trabalho de campo, 2018.

Já a ração ficava acondicionada em silo com capacidade para estocar 12 mil toneladas (Fotografia 4), que de acordo com alguns produtores entrevistados, foi uma das

exigências que a Guaraves começou a adotar para evitar que a comida das aves fosse contaminada por agentes externos.

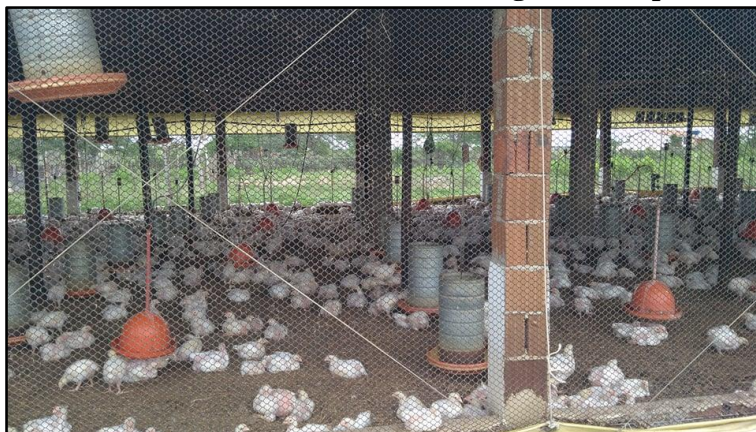
**Fotografia 4- Silo para armazenamento da ração e abastecimento do aviário no estabelecimento do integrado à Guaraves**



Fonte: Trabalho de campo, 2018.

Diante do exposto até o presente momento, é possível afirmar que os integrados da Guaraves levam certa vantagem no tempo de produção, dado que o sistema automático facilita o processo produtivo. De acordo com um dos agricultores que não possui sistema automático, na fase inicial de engorda das aves, ele gastava 24 horas diárias, já quando as aves passavam os primeiros 7 dias o cuidado diminuía, e consequentemente a quantidade de horas trabalhadas passava a ser 12 horas diárias, isso porque no sistema manual, tanto o abastecimento dos bebedores como o dos comedores são feitos manualmente, o que implica em uma maior quantidade de horas trabalhadas (Fotografia 5).

**Fotografia 5 - Sistema manual no estabelecimento integrado à empresa Frango Dourado**



Fonte: Trabalho de campo, 2018.

A utilização de sistemas manuais exige uma maior observação por parte do produtor para que não ocorra desperdício de ração e derramamento contínuo de água. Esse sistema também se caracteriza por gerar baixos níveis de produtividade e elevados custos de produção, acarretando uma maior probabilidade de risco e de prejuízo para o produtor (BURITI, 2016).

Cabe destacar que os demais aparelhos técnicos existentes dentro dos aviários (Fotografia 2), estavam presentes tanto nos galpões automáticos como nos manuais, estes eram: ventiladores (de 5 a 10 unidades em cada galpão), sistema de nebulização, aquecedores (de 5 a 8 unidades em cada aviário), além da lona que se utiliza nas laterais dos aviários para aquecimento das aves, principalmente nos primeiros dias do processo de criação.

Tendo em vista em que nos estabelecimentos onde se encontram os aviários existe constantemente fluxos de pessoas, carros e outros animais, o Ministério da Agricultura começou a exigir, de acordo com os avicultores entrevistados, banheiro para higienização dos sujeitos que entram no aviário, uma casa de compostagem para descartar os resíduos avícolas da produção, bem como um arco higienizado para fazer assepsia dos carros que entram nos estabelecimentos (Fotografias 6,7 e 8, respectivamente).



**Figura 6 – Banheiro em construção no estabelecimento agropecuário do integrado à Frango Dourado**



Fonte: Trabalho de campo, 2018.

**Fotografia 7 – Casa da compostagem em construção no estabelecimento agropecuário do integrado à Frango Dourado**



Fonte: Trabalho de campo, 2018.

**Fotografia 8 – Arco higienizador no estabelecimento agropecuário do integrado à Guaraves**



Fonte: Trabalho de campo, 2018.

Diante do que foi observado nos estabelecimentos visitados no município de Pocinhos, é possível dizer que a produção avícola local vem se reproduzindo por meio do sistema de integração, no qual se faz presente inseparabilidade entre os sistemas de objetos e sistemas de ações, haja vista que, de um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma do funcionamento das ações; e, do outro, as ações que são comandadas, sobretudo pelo capital hegemônico, levam a criação de novos objetos técnicos para serem utilizados na produção avícola.

Portanto, as ações e os objetos que emanam aumento de produtividade e uma maior racionalidade na produção avícola favorecem o capital industrial e prejudica o produtor, sobretudo os agricultores familiares que, muitas vezes, adquirirem empréstimos de elevados valores monetários para investirem em suas produções. E desse modo, a ausência de políticas públicas para os agricultores familiares no município de Pocinhos se coloca como uma barreira na reprodução da atividade avícola para estes sujeitos, já que caso existisse apoio do setor público para agricultores familiares que trabalham com avicultura, os mesmo não ficariam tão subordinados as ações estabelecidas pelas empresas avícolas, uma que através de uma associação eles próprios poderiam ditar um preço final para os seus produtos, por exemplo.



**III CAPÍTULO**  
**MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: O**  
**DESENVOLVIMENTO CONTRADITÓRIO DO CAPITAL**  
**AVÍCOLA E AS DIFICULDADES DOS AGRICULTORES**  
**FAMILIARES NA PRODUÇÃO PARA AVICULTURA DE**  
**CORTE EM POCINHOS – PB**

Neste capítulo destacamos as contradições do desenvolvimento do capital avícola no município de Pocinhos, bem como as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares frente à incipiência, ou quase inexistência, de políticas públicas que possibilitem investimentos em suas produções.

### **3.1 Apropriação e subordinação da produção dos agricultores familiares pelo capital industrial avícola em Pocinhos – PB**

O sistema de integração avícola no município de Pocinhos foi responsável por imprimir aos produtores a lógica de produção de mercadorias. Todavia, foi verificado em campo que mesmo integrado alguns agricultores familiares não perderam a sua identidade camponesa, uma vez que o sistema de integração não foi capaz de se territorializar homogeneamente nos estabelecimentos que trabalham com a atividade avícola, pois o capital não tem competência suficiente para transformar de uma vez só todas as formas de produção em produção ditada pelo lucro capitalista (OLIVEIRA, 2002).

De fato, observamos que o trabalho dos agricultores familiares em Pocinhos está subordinado ao capital industrial, dado que este estabelece várias normas para realização do processo produtivo de engorda das aves, fazendo, pois, com que a exploração da força de trabalho camponesa efetive-se pela conversão dessa forma de produção em viveiro, e de força de trabalho para o próprio setor agrícola e para o setor urbano-industrial (SANTOS, 1981). Em outras palavras, a reprodução ampliada do capital avícola em Pocinhos vem se dando, sobretudo, por meio da apropriação da produção familiar pelas empresas ligadas a produção da avicultura.

A força de trabalho empregada na atividade avícola da maioria dos estabelecimentos da agricultura familiar visitados é de pessoas ligadas a própria família do responsável pelo aviário, para que não exista a necessidade de fazer investimentos na contratação de mão de obra assalariada. Todavia, cabe ressaltar que no início do processo de engorda das aves todos os 3 agricultores familiares entrevistados disseram que contratavam trabalhadores (entre 1 e 2 ajudantes extras) para auxiliar no manejo das aves. Assim, verificamos que o setor avícola industrial ao fazer contrato com os agricultores familiares se apropriam das relações não-capitalistas de produção que existem dentro dos estabelecimentos dos produtores.

Esse processo de desenvolvimento da agricultura ocorre de formas articuladas pelos próprios capitalistas, que se utiliza de relações de trabalho familiares para não ter que investir uma parte de seu capital na contratação de mão-de-obra. Ao mesmo tempo utilizando-se dessa relação sem remunerá-la, recebem uma parte do fruto do trabalho dos trabalhadores camponeses proprietários, parceiros, rendeiros ou posseiros, convertendo-o em mercadoria e, ao vendê-la, em dinheiro (OLIVEIRA, 2002, p. 479).

Portanto, entendemos que o não pagamento de salário aos familiares do proprietário do aviário faz com que a reprodução dos agricultores familiares que são integrados as indústrias avícolas atuantes em Pocinhos evidencie a reprodução do campesinato. Este que possui convicções diferentes da produção do sistema capitalista, uma vez que neste sistema a extração da mais-valia é uma questão indispensável para a continuidade do lucro empresarial.

Partindo dessa compreensão, podemos dizer que não há uma efetiva territorialização do capital avícola no município de Pocinhos, dado que as empresas avícolas se utilizam do território dos avicultores, entre eles o de produção familiar, para produzir lucro, fazendo com que a reprodução ampliada do capital não se desenvolva em sua plenitude, uma vez que a instalação física das empresas avícolas em Pocinhos não acontece. Em outras palavras, mesmo sem ser proprietário de nenhum estabelecimento agropecuário e não estabelecer nenhuma relação de trabalho capitalista na avicultura em Pocinhos, o capital industrial consegue retirar a mais-valia do processo inicial da produção avícola.

Nestes termos, observamos que nos três estabelecimentos dos agricultores familiares entrevistados em Pocinhos, o capital industrial realiza uma monopolização territorial (OLIVEIRA, 2002), pois a indústria avícola não se instala fisicamente, mas, na realidade, ela subordina a agricultura familiar por meio do sistema de integração, no qual ela fica responsável por fornecer todos os suplementos necessários para o processo de criação e engorda das aves, descontando os gastos dos valores finais pagos ao agricultor familiar. Assim, no processo de monopolização do território Oliveira lembra que o capital

Abre espaço para que a produção camponesa se desenvolva e com ela o campesinato enquanto classe social. O campo continua povoado, a população rural pode até se expandir. Neste caso o desenvolvimento do campo camponês pode possibilitar simultaneamente a distribuição da riqueza, que nem sempre são grandes. O próprio capital cria as condições para que os camponeses produzam matérias-primas para

indústrias no campo (ração na avicultura e na suinocultura, por exemplo) (OLIVEIRA, 2002, p. 479).

No entanto, esse tipo de reprodução do campesinato, difundida por meio da monopolização territorial pelas empresas avícolas em Pocinhos, coloca o agricultor familiar em condições de extrema vulnerabilidade, haja vista a dependência do capital industrial para comprar a sua produção, gerando, pois, uma instabilidade da segurança econômica e social. A não compra da produção desencadeia diversos problemas para a reprodução socioeconômica das famílias camponesas, o impacto sob estes seria grande, pois, como observado em campo, nos estabelecimentos dos entrevistados a avicultura se constitui na principal e única, em boa parte dos casos, fonte de renda. Tal condição, deixa os produtores familiares profundamente sujeitos as ordens ditada pelas indústrias avícolas que atuam na área pesquisada.

Conforme um dos agricultores entrevistados, todos os equipamentos do seu aviário foram comprados por ele mesmo, sendo a indústria integradora responsável por financiar a compra. O valor do financiamento foi pago por meio de parcelas, as quais foram descontadas dos valores totais que foram pagos pela empresa ao término do processo produtivo. Um dos agricultores explanou a seguinte insatisfação: “quem vive disso tem que sempre tá investindo, mas o retorno é pouquinho” (Agricultor familiar integrado à Empresa Frango Dourado, abril de 2018). Assim, podemos constatar que por mais que se invista, o dinheiro pago pela produção é pouco diante do trabalho que os agricultores têm no processo de engorda das aves. Também foi constatado em campo que os agricultores contraem dívidas elevadas para atender as imposições, ou normas, das empresas, pois sempre existe pressão da indústria para aperfeiçoar os equipamentos produtivos utilizados nos aviários e, conseqüentemente, aumentar a produtividade do setor industrial.

De acordo com os agricultores familiares, são as empresas avícolas atuantes em Pocinhos que ditam o preço final que será pago por cada ave, em face do peso e de suas condições físicas. É válido ressaltar também que o valor final pago pela empresa já contém os descontos tidos com o consumo de ração, medicamentos e materiais de limpeza utilizados durante o processo de engorda.

Nessa continuidade, se um lote em seu processo inicial tiver 13.000 pintos, e durante o processo de engorda morrer 400 pintos<sup>7</sup>, e a empresa pagar por cada frango R\$ 0,90<sup>8</sup>, o valor final da produção vai sair por R\$ 11.340,00. Deste total, além dos produtos fornecidos pela empresa os quais são descontados no pagamento final, o agricultor ainda tem os gastos com energia, água, lenha e a cama de frango (tabela 2).

**Tabela 2 – Principais despesas sob responsabilidade dos Agricultores familiares durante o processo produtivo**

TIPO DE DESPESA	VALORES (R\$)
Água	<b>2.400,00</b>
Energia	500,00
Lenha	250,00
Cama	100,00
<b>Total</b>	<b>3.250,00</b>

Fonte: trabalho de campo, 2018.

Ao não se responsabilizar pelos gastos acima citados, o capital industrial avícola se apropria da renda da terra<sup>9</sup> dos agricultores sem, entretanto, ser proprietário da terra. Assim, a renda da terra é apossada pelo capital industrial, quer seja pelo produto final no qual contém trabalho não pago das relações não capitalistas existentes dentro dos estabelecimentos familiares<sup>10</sup>, bem como pelo não gasto com os materiais necessários para manter a produção.

Com as ações ditadas pelo capital industrial, nos certificamos de que a autonomia dos agricultores familiares entrevistados produtores sobre os seus estabelecimentos é enfraquecida, considerando que as normas determinadas pelas empresas ocasionam a sujeição da produção familiar as ordens daquelas. Nessa continuidade, verificamos que as relações de poder da indústria com os agricultores familiares não se fazem só presentes por meio de ações imateriais, mas também a partir de objetos aos quais sinalizam a sujeição da produção as empresas avícolas (Fotografia 9).

<sup>7</sup>Segundo um dos agricultores a média de mortalidade é de 400 pintos por lote.

<sup>8</sup> O valor pago pelas empresas por cada frango varia de R\$ 0,70 a R\$ 1,10. Todavia a maioria dos agricultores familiares falaram que o valor pago pela empresa por cada unidade nunca passou de R\$ 0,90.

<sup>9</sup> “A renda da terra em taxa de lucro (mais-valia, portanto) para a indústria deriva exclusivamente da quantia de trabalho não pago contido nas matérias-primas a serem processadas” (PAULINO, 2003, p.110).

<sup>10</sup> “Nas formas não tipicamente capitalistas, especificamente na agricultura camponesa, não é o trabalho, mas o produto que o contém, que irá compor a taxa de lucro dos capitalistas” (PAULINO, 2003, p.108).

**Fotografia 9 – Placa de identificação do produtor e da empresa a que ele está integrado**



Fonte: Trabalho de campo, 2018

A partir da fotografia 9, podemos observar a existência de um poder simbólico no qual o território dos agricultores familiares está sendo apropriado e monitorado por ações empresariais. Em outros termos, a placa demonstra o poder da Guaraves dentro dos estabelecimentos agropecuários, denunciando, desse modo, a dinâmica de subordinação dos agricultores familiares a ações do capital industrial avícola. Além disso, revela, de maneira explícita, uma das formas de territorialização da Guaraves no território municipal de Pocinhos-PB. Esta territorialização também ocorre mediante as normas de funcionamento do processo produtivo de engorda das aves, exercendo o seu poder ao estabelecer o que será produzido, a forma de produzir e o preço final de cada lote.

O conjunto das transformações impostas pelas empresas avícolas representam a base pela qual a territorialização do capital avícola se estabelece dentro dos estabelecimentos e no município de Pocinhos, na qual o produtor mesmo sendo dono dos meios de produção está à mercê das ações do capital avícola industrial.

Por outro lado, e mesmo com toda subordinação do capital industrial, as relações camponesas não foram completamente extintas, com já dito anteriormente. Além do uso da mão de obra familiar no processo produtivo de engorda das aves, foi observado em um dos estabelecimentos visitados que a reprodução do campesinato também se dá pela produção para o autoconsumo e para segurança alimentar, por meio do cultivo de produtos agrícolas, como milho e feijão, e da criação de ovinos e bovinos (Fotografias 10, 11 e 12). Neste sentido, entendemos que a produção para autoconsumo demonstra, por sua vez, uma carga histórica da reprodução social do campesinato.

As estratégias camponesas como a produção de subsistência e autoconsumo não negam por completo a lógica da produção capitalista. Como os camponeses são sujeitos criados e recriados no contexto de expansão do capitalismo na agricultura, em momentos as práticas camponesas estão articuladas com as relações capitalistas, noutros estão paralela e à margem contraditória, o que lhes garante sua existência no campo (COELHO e FABRINI, 2014, p.85).

**Fotografia 10 – Gado confinado em curral próximo a residência do avicultor**



Fonte: Trabalho de campo, 2018

**Fotografia 11 – Plantação de milho consorciado com palma forrageira**



Fonte: Trabalho de campo, 2018



**Fotografia 12 – Criação de ovelha em estabelecimento de um dos avicultores entrevistados**



Fonte: Trabalho de campo, 2018

Os aparatos técnicos utilizados tanto para produção animal quanto para o autoconsumo podem ser considerados despojados de aparatos técnicos modernos (Fotografia 13), o que, por sua vez, se contrapõe a lógica produtiva de engorda das aves existente na mesma propriedade.

**Fotografia 13 – Curral para o gado, destacando-se precariedade da infraestrutura**



Fonte: Trabalho de campo, 2018

Diante do exposto podemos inferir que os agricultores familiares integrados ao capital avícola atuante em Pocinhos estão corroborando para a difusão do processo contraditório e desigual da instalação do sistema capitalista no campo, pois ao mesmo tempo em que produzem matéria-prima para sustentar o capital industrial os agricultores familiares se utilizam de práticas não capitalistas para sua reprodução social e econômica.

Ademais, percebemos que o modo de produção capitalista por mais que venha se estabelecendo de maneira técnica, científica e informacional, não conseguiu dominar todas as instâncias do processo produtivo avícola em Pocinhos. Todavia, foi também



verificado que a ausência de ações públicas que auxiliem a produção familiar se constitui como uma das barreiras enfrentadas pelos produtores para continuarem na produção da avicultura de corte, o que por sua vez será demonstrado no tópico a seguir.

### **3.2 As dificuldades dos agricultores familiares na produção avícola em Pocinhos – PB**

A produção avícola em Pocinhos se concebe como a principal atividade agropecuária do município <sup>11</sup>, o que, por sua vez, demonstra uma forte dependência econômica desta atividade em âmbito municipal, em virtude do número de pessoas que dela dependem<sup>12</sup>. Essa dependência foi ocasionada, sobretudo, pelo declínio do sisal que se constituía como uma das principais atividades econômicas. A retração dessa atividade, que afetou, além de Pocinhos, diversos municípios da Mesorregião do Agreste Paraibano, foi motivada, principalmente, pelo baixo preço do sisal africano que era o principal concorrente da produção sisaleira brasileira (MOREIRA e TARGINO, 1997).

Sobre a importância da avicultura para o crescimento da economia local e melhoria da renda dos agricultores familiares, pós crise do sisal, a representante do poder municipal salienta a importância da avicultura de corte para o município, afirmando que a produção avícola

É uma atividade que salvou muitos agricultores aqui em Pocinhos. Tinham muitos agricultores que não tinham renda familiar e aí começou a ter depois da integração. Por mais que teve a ajuda inicial da empresa pra que ele pudesse fornecer, mas ele conseguiu pagar a dívida com a empresa e hoje ele continua fazendo criação para avicultura de corte e já ganha renda em cima disso, pois não deve mais nada a empresa (Representante do poder municipal de Pocinhos, abril de 2018).

Sobre a transição da produção de sisal para a avícola, e a importância desta atividade para a geração de renda no município, a entrevistada expressou a seguinte fala:

Até na economia da cidade a produção avícola ajudou muito, porque foi bem em uma época que Pocinhos era um dos maiores produtores de sisal, foi bem em uma época em que o sisal estava acabando e a

---

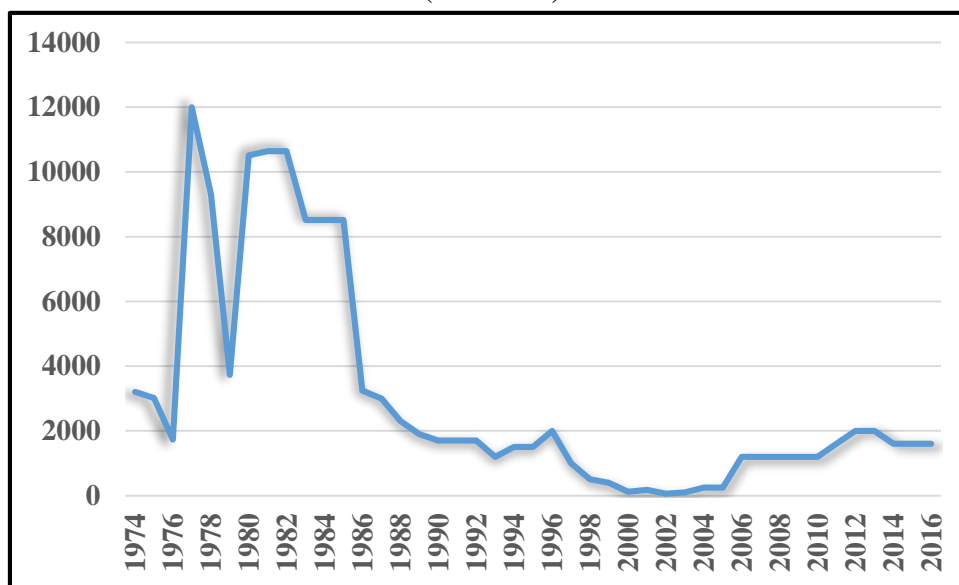
<sup>11</sup> Informação prestada pela responsável da ouvidoria geral do município de Pocinhos no dia 16/04/2018

<sup>12</sup> Infelizmente a representante da ouvidoria geral de Pocinhos não tinha a informação da quantidade exata de pessoas que trabalham com avicultura de corte no município, todavia, a mesma ressaltou que não eram poucas pessoas que tinham a atividade avícola como a sua principal fonte de renda (informação colhida no trabalho de campo realizado em Pocinhos no dia 16/04/2018).

avicultura de corte começando (Representante do poder municipal de Pocinhos, abril de 2018).

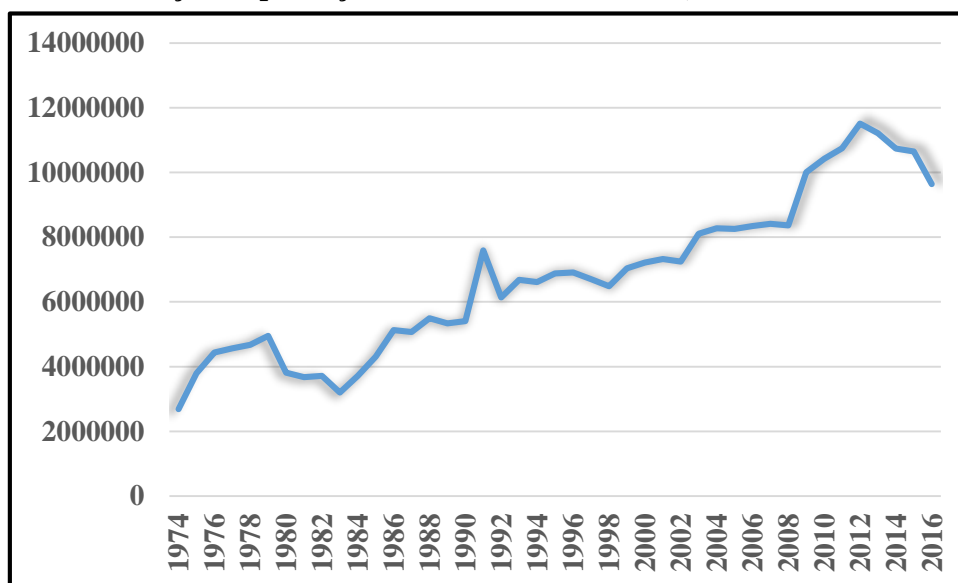
De fato, a partir dos dados das Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) e da Pesquisa Pecuária Municipal (PPM), é possível verificar que em paralelo ao declínio do sisal a produção avícola em Pocinhos começa a crescer, como foi destacado na fala da representante da ouvidoria geral (gráfico 4 e 5).

**Gráfico 4 – Evolução da produção sisaleira em Pocinhos – PB, entre 1974 e 2016, (toneladas)**



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (1975 -2016). Elaborado pelo autor, 2018.

**Gráfico 5 – Evolução da produção avícola em Pocinhos-PB, entre 1974 e 2016 (cabeça)**



Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal (1975 -2016). Elaborado pelo autor, 2018.

Muito embora exista o reconhecimento da importância da avicultura pelo poder público municipal para a economia local, identificamos que não existe nenhuma ação efetiva desse poder para apoiar os agricultores familiares em suas produções. Ao analisarmos os dados contidos no gráfico 5, constatamos que a produção avícola municipal de Pocinhos começa a declinar a partir do ano de 2012, e isso coincide com o período de seca prolongada que a região semiárida passou nos últimos anos, os quais dificultaram a produção da atividade avícola no município de Pocinhos.

Desta maneira, constatamos por meio do trabalho de campo que a principal dificuldade dos agricultores familiares entrevistados está relacionada à água a ser utilizada na produção avícola, sobretudo nos últimos anos de estiagem. Ao serem questionados sobre o apoio ou política municipal para o desenvolvimento da avicultura em Pocinhos, os agricultores familiares entrevistados responderam por unanimidade que não recebiam nenhum suporte desse poder para o aperfeiçoamento da atividade avícola, e nem tão pouco receberam ajuda nos anos de seca. A representante do poder municipal confirmou que não existe por parte da prefeitura uma política setorial para o desenvolvimento da avicultura.

Um dos agricultores chegou a realizar a seguinte ponderação sobre a ausência de iniciativas públicas municipais: “a prefeitura era pra dar uma força, porque isso aqui é o único meio de vida que tem na região”<sup>13</sup>. Portanto, o que se tira do exposto é que mesmo

<sup>13</sup> Entrevista concedida por um agricultor familiar no trabalho de campo realizado no dia 16/04/2018

a avicultura se estabelecendo como a principal atividade econômica do município, e geradora de renda para os avicultores, a prefeitura não executa nenhuma política pública que promova a segurança da produção familiar avícola no município, ou estimule outras formas de melhoria da reprodução econômica dos agricultores familiares camponeses, com vistas a redução ou extinção da sujeição destes ao capital industrial em processo de territorialização na área pesquisada.

Outro fator que pode ter influenciado na retração da produção avícola em Pocinhos, segundo a representante do poder municipal, foram as exigências e uma maior quantidade de normas exigidas pelas empresas na produção avícola em município, haja vista que uma parcela dos avicultores, especialmente os agricultores familiares, não detém condições financeiras suficientes para se enquadrarem nas condições de produção exigidas pelo capital industrial.

A prefeitura pouco ou quase nada possui controle sobre as empresas que atuam por meio do sistema de integração no município de Pocinhos. Tal fato pode ser evidenciado na fala da representante da prefeitura, ao afirmar que “a maioria das empresas entram no município e a gente só fica sabendo quando algum avicultor chega pedindo a certidão de uso e ocupação do solo<sup>14</sup>” (Representante do poder municipal de Pocinhos, abril de 2018). Essa fala deixa claro a falta de controle por parte da prefeitura no que tange a administração dos fluxos territoriais que acontecem no município, e isso é uma maneira de demonstrar a liberdade que o capital possui para atuar em Pocinhos, característica que remete ao contexto atual do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2006).

Podemos dizer que a escassez das ações municipais coloca os agricultores familiares em grau elevado de subordinação ao capital avícola, pois os mesmos, como já explicitado anteriormente, devem seguir normas e aceitar as decisões impostas pelas empresas como, por exemplo, a imposição do preço final pago por cada frango. Caso não aceitem são dispensados da condição de integrados e, conseqüentemente, a sua produção não será adquirida pela empresa.

A insatisfação dos produtores em relação ao valor pago pelo frango por meio das empresas avícolas foi outra reclamação de todos os agricultores familiares. Tal descontentamento pode ser constatado no seguinte depoimento, que soa como um desabafo: “eu acho que eles pagam pouco e a gente trabalha muito” (Agricultor familiar

---

<sup>14</sup> A certidão de uso e ocupação do solo é um documento exigido pelos bancos para que os agricultores tenham acesso ao crédito.

integrado à Empresa Frango Dourado, abril de 2018). Para os avicultores, a obtenção de um preço mais justo do frango poderia ser realizado caso eles formassem uma Associação ou Cooperativa, e a prefeitura participasse do processo com a melhoria da infraestrutura e outras ações, algo que, conforme a representante do poder municipal já foi cogitado, mas não foi concretizado porque não se fazia uma distinção do tamanho da produção, isto é, não foi considerado se os produtores eram pequenos, médios ou grandes, colocando-os em um mesmo projeto sem, entretanto, levar em conta as especificidades sociais e econômicas de cada um.

Já tentamos criar associação que seria algo legal para os avicultores, só que daí tem um avicultor que ele produz metade do frango do município, só um, por exemplo. Aí os outros não aceitam, a maioria não aceita criar essa associação porque só quem iria se beneficiar seria o produtor grande. Existe uma dificuldade muito grande de dialogar mostrando o quanto seria interessante montar uma associação para eles terem reuniões constantes (Representante do poder municipal de Pocinhos, abril de 2018).

Como observado no depoimento da entrevistada o projeto de criação da associação, segundo a maioria dos produtores locais, iria beneficiar, sobretudo, os grandes produtores, pois estes teriam uma maior quantidade produzida e, por consequência ganhariam mais. Caso fosse criada uma associação específica para os agricultores familiares, eles teriam melhores condições para negociar o preço da unidade do frango a ser destinado às empresas avícolas e, provavelmente, receberiam um pagamento mais justo pelas suas produções ou, ainda, poderiam ter condições mais bem vantajosas quanto à compra de rações e medicamentos, bem como subsídios e financiamentos governamentais. Cabe destacar que, apesar do declínio da produção verificado nos últimos anos, Pocinhos se estabelece como município estratégico no território estadual da Paraíba para produção da avicultura de corte, o que, por sua vez, também deixa o capital industrial dependente da produção existente nesse território.

Cabe frisar que a construção de uma política pública envolve não somente o poder público, mas também a sociedade civil organizada. Partindo desse princípio, ao perguntamos aos agricultores familiares se eles já haviam se mobilizados para reivindicar junto aos poder público melhores condições para a produção avícola, os mesmos responderam que não, inclusive um deles chegou afirmar que “não adianta ir na prefeitura. É caso perdido. Ninguém consegue nada ali” (Agricultor familiar integrado à Empresa Azevem).

Em face ao exposto, podemos afirmar que o desenvolvimento da avicultura na produção familiar do município de Pocinhos é “apoiada” pelo empresariado avícola que financia a compra dos equipamentos e colocam os agricultores em alto nível de subordinação, pois como disse um dos agricultores “a dívida com a empresa é constante” (Agricultor familiar integrado à Guaraves). E isso ocorre porque o capital avícola sempre está impondo novas determinações para ampliar suas formas de reprodução e de sujeição dos agricultores familiares, os quais se tornam reféns do capital industrial.

De forma geral, as empresas possuem pouco ou nenhum compromisso social com os agricultores, uma vez que fazem os agricultores familiares se endividarem para conseguirem atingir o nível de produção exigido, e assim ampliarem seus lucros por meio da extração da renda da terra e da exploração do trabalho. Portanto, entendemos que a ausência de ações públicas favorece esse processo na medida em que coloca os agricultores familiares em um alto grau de sujeição ao capital industrial. Portanto, entendemos que a elaboração e execução de uma política pública que contemple as necessidades particulares da avicultura de corte e as especificidades dos agricultores familiares, seria não só uma forma de garantir a permanência e a sua reprodução socioeconômica, mas, também, de dotá-los de autonomia e de instrumentos participativos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da realização desta pesquisa foi possível compreender como a difusão do meio técnico-científico-informacional vem se estabelecendo no campo brasileiro, e, no caso em tela, na atividade avícola do município de Pocinhos - PB. Percebemos, ainda, que por mais que as empresas industriais avícolas atuantes no município sejam consideradas pequenas, quando comparadas com empresas da região sul do Brasil, por exemplo, elas exigem objetos técnicos e estabelecem ações que estão em consonância com o atual padrão de reprodução do capital imposto pela junção da técnica, da ciência e da informação.

Esse período vem se difundido na atividade avícola, sobretudo, pelo avanço do capital industrial no campo, o qual fez do município de Pocinhos o principal produtor de frangos para a avicultura de corte no estado da Paraíba. Tal destaque produtivo está intimamente atrelado ao sistema de integração. Neste, as empresas ficam responsáveis por oferecerem os pintos, a ração, a assistência técnica e os medicamentos, descontando todos os gastos no final do processo produtivo. Aos produtores cabe a engorda das aves e venda dos frangos apenas para a indústria a qual ele é integrado.

No bojo desse relacionamento produtor versus empresa avícola, existe uma relação de poder completamente desigual, pois o capital industrial impõe diversas exigências no processo produtivo de engorda das aves como, por exemplo, as técnicas de manejo que devem ser adotadas, a quantidade de equipamentos técnicos que devem existir em cada aviário, o preço final dos animais, dentre outras. Isso acontece devido a busca por uma maior racionalização do processo produtivo das aves e exploração dos agricultores, o que para empresa acarretará em uma maior lucratividade.

Diante do que foi exposto, também constatamos que as empresas avícolas atuantes em Pocinhos se reproduzem de maneira contraditória no campo, ao estimular o avanço do capital e formas não capitalistas na produção familiar. Além disso, elas se apropriam da produção e subordinam os avicultores e se apropriam simbolicamente de suas propriedades para aumentar a produtividade industrial por meio da monopolização do território. Em outros termos, o produtor perde a autonomia sobre a sua propriedade, mas continua como proprietário, pois a sua condição de integrado o obriga a seguir as estratégias de produção ditadas pelo capital avícola industrial.

Ademais, percebemos que a condição de produção requisitada pelas empresas avícolas impõe aos produtores, principalmente os agricultores familiares, uma série de

dificuldades, as quais, por sua vez, lhes deixam em condições de vulnerabilidade, em virtude da dependência para compra de sua produção. Mesmo a avicultura de corte se constituindo como a principal atividade econômica agropecuária do município de Pocinhos verificamos que não há por parte do governo municipal nenhuma política voltada para produção avícola familiar, sobretudo nos períodos de estiagem prolongada, o que compromete a reprodução social e econômica das famílias envolvidas com aquela atividade.

Por fim, cabe ressaltar que os sistemas de objetos e os sistemas de ações na avicultura do município de Pocinhos estão sendo empregados, essencialmente, para beneficiar o capital hegemônico, isto é, as indústrias avícolas, as quais estão ocasionando a exclusão dos agricultores que não se adequem as exigências de produção do capital industrial, gerando, assim, uma globalização perversa.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÍNA ANIMAL-ABPA. **Relatórios Anuais**. Disponível em: <[www.abpa-br.com.br](http://www.abpa-br.com.br)> Acesso em: 16/04/2018.
- BELUSSO, Daine; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. A evolução da avicultura industrial brasileira e seus efeitos territoriais. **Rev. Percorso**: Maringá, v. 1, n. 2, p. 25-51, 2010.
- BUENO, P. H. C. O CONCEITO DE TERRITÓRIO E POLÍTICAS PÚBLICAS: algumas reflexões. In: **IV Jornada Internacional de Políticas Públicas**, 2009, São Luis - Maranhão. <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/cdromfinal.html>, 2009.
- BURITI, Maria Marta dos Santos. Dinâmicas Territoriais e Interações Espaciais: **o circuito espacial produtivo da avicultura de corte no município de Pocinhos-PB**. Dissertação de Mestrado. Geografia. UFPB. João Pessoa, 2016.
- CARLOS, Tamirys Rodrigues. **Geração de emprego e renda a partir da atividade avícola da empresa Guaraves Alimentos na Cidade de Guarabira – PB**. Monografia. Geografia. UFPB. Guarabira, 2012.
- COELHO, D. C.; FABRINI, J. E. Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 17, n. 25, p. 71-87, jul./dez. 2014.
- CONCEIÇÃO, Edney. Territorialidade Da Avicultura De Corte Na Bahia: **o sistema integrado de produção avícola nos municípios de São Gonçalo Dos Campos e Conceição da Feira – BA**. Dissertação de Mestrado. Geografia. UFBA. Salvador. 2007.
- CORRÊA, Roberto. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná et al (Org). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro, Betrand Brasil, 1995, p. 15-47.
- COSTA, Fábio; ROCHA, Márcio. Geografia: conceitos e paradigmas – apontamentos preliminares. **Revista GEOMA**. Campo Mourão – PR. v.1. n°2. 2 °Sem 2010. 25 -26 p.
- ELIAS, Denise. Expansão do Meio Técnico-científico-informacional. In: Carlos, Ana Fani Alessandri. (Org.). **Ensaio de Geografia Contemporânea - Milton Santos, obra revisada**. 1ªed.São Paulo: Hucitec, 1996, v, p. 210-219.
- ELIAS, Denise. Globalização e fragmentação do espaço agrícola no Brasil. In: **VIII Colóquio Internacional de Geocrítica: Geografía histórica e historia del territorio**,

2006, Ciudad de México. Revista Scripta Nova. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2006.

ELIAS, DENISE. Globalização, agricultura e urbanização no Brasil. **Acta Geográfica (UFRR)**. v. 1, p. 13-32, 2013.

ELIAS, Denise. Reestruturação Produtiva da Agropecuária. In: ELIAS, Denise. **Globalização e Agricultura**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2003, p. 56-111.

ELIAS, Denise. Territorialização do Capital no Espaço Agrário Cearense. **Geografia (Rio Claro)**, Rio Claro, São Paulo, v. 30, n.2, p. 223-241, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. 2013. 398p. Tese (Livre Docência), Universidade Estadual Paulista- Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente prudente, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

HAESBAERT, R. Questões e Mitos Sobre A Globalização. In: Tania Marques Strohaecker; Anelisa Damiani; Neiva Otero Schäffer; Nely Blauth; Viviane Saad Dutra. (Org.). **FRONTEIRAS E ESPAÇO GLOBAL**. 1ed. PORTO ALEGRE: ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS, 1998, v, p. 11-16.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuária 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em 20/12/2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em 20/12/2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Agrícola Municipal 2016**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em 20/12/2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Agrícola Municipal 1974 - 2016**. Disponível em:< <http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em 20/12/2017.

KONDER, Leandro. **O que é dialética?** São Paulo: Brasiliense, 2003.

MACÊDO, Helenize, et al. Território, políticas públicas e desenvolvimentorural no município de Caturité, PB. **Geo Textos** –Salvador . v. 10. n.2. Dezembro de 2014. p. 59-74.

MEDEIROS, Verônica Pereira de. **A Convivência com o Semiárido na Comunidade Uruçú, Município de São João do Cariri – PB**. 2015. 55 p. Monografia (Bacharelado em Geografia – UFPB, João Pessoa (PB)).

MITIDIERO JUNIOR, M. A.; BARBOSA, H. J. N. . Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do censo agropecuário 2006, feliz aniversário campesinato.. In: **Encontro Nacional de Geógrafos**, 2016, São Luís. Anais do Encontro Nacional de Geógrafos. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2016. v. 1.

MOREIRA, Emilia e TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária da Paraíba, 1997.

MOREIRA, Emilia e TARGINO, Ivan. De território de exploração a território de espera: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano. **Revista Nera** - Presidente Prudente. V.10. n. 10. Jan-Jun-2007. p. 72-93.

MOREIRA, R. **Pensar e Ser em Geografia**. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2007. v. 1. 198p.

OLIVEIRA, A.U. Agricultura brasileira transformações recentes. In: ROSS, J. L. S (Org). **Geografia do Brasil**. 5ª. Ed. rev. ampl. São Paulo: EDUSP, 2005, p 465-534.

OLIVEIRA, Renata; SANTOS, Josefa. Organização dos Pequenos Produtores: o cooperativismo/associativismo no polo irrigado Petrolina/Juazeiro. In: RAMOS FILHO, Eraldo da Silva; PEREIRA, M. F. Vicente; SANTOS, J. Lisboa; CLEPS, G. D. Guimarães; ANDRADE, V. da Costa (Orgs.). **Estado, Políticas Públicas e Território**. 1.ed. São Paulo. Expressão Popular, 2015.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Terra e vida: a geografia dos camponeses no norte do Paraná**. 2003. 430 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2003. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/102969>>. Acesso em 20 de abril de 2018.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, Maria e LIMA, Flaviana. Programa Nacional de Fortalecimento ao Crédito da Agricultura Familiar: Ação e atuação no Estado da Paraíba. In: RODRIGUES, Maria (Org). **Do Campus ao Campo: olhares sobre Políticas Públicas dirigidas à pobreza rural no Estado da Paraíba, Brasil**. João Pessoa, 2011. p. 115-137.

SALVADOR, D. S. C. O. A Geografia e o método dialético. **Sociedade e Território (Natal)**, v. 24, p. 97-114, 2012.

SANTOS, M. **O Espaço do Cidadão (1987)**. 4. ed. SÃO PAULO: NOBEL, 1997.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. Brasil: **território e sociedade no início do século XXI**. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: **técnica, tempo, razão e emoção**. 4. Ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. 2006.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1995.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. **GEOgraphia**. PPGeo-UFF/EGG. Niterói/RJ, ano 1, n1. p. 07-13, jun/dez. 1999.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: **do pensamento único a consciência universal**. 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo: **globalização e meio técnico-científico-informacional**. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

SILVA, J. F. G. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro/RJ: Zahar Editora, 1982. 192p

SILVA, J. F. G. **O que é questão agrária**. 18. ed. São Paulo/SP: Brasiliense, 1981. 114p.

SOUSA, Bruna Nogueira Ferreira de. **Reestruturação Socioespacial da Avicultura no Ceará**. Dissertação de Mestrado. Geografia. UECE. Fortaleza, 2017.

SOUZA, Celina C. Políticas Públicas: **Uma Revisão da Literatura**. Sociologias (UFRGS), Porto Alegre, v. 8, n.16, p. 20-45, 2006.

SOUZA, Marcelo. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná et al (Org). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995,p. 77- 115.

SUERTEGARAY, D. M. A. **Espaço Geográfico Uno e Múltiplo**. Scripta Nova (Barcelona), Barcelona, v. 93, 2001.

TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Revista AATR**, 2002. Disponível em: <<file:///C:/Users/Windows/Downloads/POLITICAS+PUBLICAS+E+O+DESENVOLV+IEMNTO+LOCAL.pdf>> . Acessado em 04 de agosto de 2017.

TEIXEIRA, Jodenir. C.Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros– Seção Três Lagoas**.Três Lagoas-MS, v 2 – n.º 2 – ano 2, Setembro de 2005.

TEIXEIRA, Vanessa. PAULA, Rafael Freire de. Estado, políticas públicas e território. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**. Sobral/CE, v. 19, n. 2, p. 21-34, Dez. 2017.

VIEIRA, Norberto Martins; DIAS, Roberto Serpa. Uma abordagem sistêmica da avicultura de corte na economia brasileira. In: **Sober**. Ribeirão Preto, 2005. Disponível em <[www.sober.org.br/palestra/2/394.pdf](http://www.sober.org.br/palestra/2/394.pdf)> Acesso em: 14 abr. 2018.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: **rupturas e continuidade**. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, v. 21, n. 21, p. 42-61, 2003.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Assentamentos rurais: **uma visão multidisciplinar**. São Paulo - SP: Revista Brasileira de Ciências Sociais. XI, 32. 1996.

## **APÊNDICES**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA**  
**DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS**  
**CURSO DE BACHARELADO EM GEOGRAFIA**

**Orientando:** Diego dos Santos Dantas

**Orientador:** Anieres Barbosa da Silva

**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA PARA OS**  
**AGRICULTORES FAMILIARES**

- 1- O(a) senhor(a) é o proprietário do estabelecimento? Se sim, há quanto tempo? Se não, qual a condição da propriedade?
- 2- Qual o tamanho do estabelecimento (hectares)?
- 3- De que forma o estabelecimento foi adquirido?
- 4- Há quanto tempo trabalha com avicultura?
- 5- A avicultura é a única atividade produtiva? Se sim, por que fez opção pela avicultura? Se não, quais são as outras atividades desenvolvidas?
- 6- Além do(a) senhor(as), quantas pessoas trabalham na produção avícola do estabelecimento? São trabalhadores ou membros da própria família? Em caso de mão de obra contratada, qual é a forma de pagamento e em que momento/período da produção são contratados?
- 7- A renda que obtida com a atividade avicultura é suficiente para sustentar a sua família e manter o processo de produção avícola?
- 8- Quais os motivos que o fez optar pela avicultura de corte?
- 9- O (a) senhor(a) participa de alguma política pública?
- 10- A prefeitura presta algum tipo de assistência ou apoio ao desenvolvimento da avicultura? Se sim, qual? Caso contrário, por quê?
- 11- Sabe dizer se os agricultores que trabalham com avicultura já se reuniram para pedir auxílio para produção avícola na prefeitura municipal de Pocinhos?
- 12- A estiagem em algum momento afetou a sua produção?

- 13- O(A) senhor(a) participa de associação, cooperativa ou sindicato? Se sim, qual? Caso contrário, por quê?
- 14- O(A) senhor(a) recebe algum tipo de assistência técnica?
- 15- Como é feita a comercialização da sua produção e quem são os compradores, ou é fornecedor para alguma empresa? Se fornecedor, qual a empresa? Caso não seja fornecedor, ir para questão 30.
- 16- O(A) senhor(a) modificou a forma de produção ou organização do estabelecimento por solicitação da empresa?
- 17- A empresa a qual o(a) senhor(a) fornece o frango estabelece metas de produtividade? Se sim, o que acontece quando elas não são alcançadas?
- 18- A empresa que procurou você ou você que procurou a empresa?
- 19- Como é feito o pagamento da produção?
- 20- A relação de trabalho com a empresa se dá por meio de contrato ou é estabelecida informalmente?
- 21- Quais os compromissos assumidos pela empresa durante o processo produtivo?
- 22- Quais os cuidados que o(a) senhor(a) deve ter no processo de produção/manejo do frango?
- 23- Quais as dificuldades para se manter na atividade avícola?
- 24- Você compra o pinto ou ele é fornecido pela empresa?
- 25- Você que compra a ração dos pintos ou ela é fornecida pela empresa?
- 26- Quem traz os pintos para o seu estabelecimento?
- 27- Quem leva os pintos para a empresa?
- 28- O(A) senhor(a) Você já trabalhava com avicultura antes de fornecer frango para essa empresa? Caso sim, houve modificação na sua forma de produzir depois da sua integração com a empresa?
- 29- Quais os equipamentos que você utiliza no processo de produção avícola?
- 30- Teve dificuldade para adquirir os equipamentos de produção?
- 31- O seu aviário tem capacidade para quantas aves?
- 32- O seu aviário é manual, semiautomático ou automático?
- 33- Já obteve financiamento em bancos? Se sim, como o recurso foi investido? Se não, o que dificultou o acesso ao crédito?
- 34- O(A) senhor(a) se considera plenamente satisfeito na produção avícola e ser fornecedor de aves para a empresa? Por quê?



- 35- A empresa estipula uma quantidade que você deve ser produzida? Quando você não consegue produzir a quantidade que a empresa quer, o que acontece?
- 36- Quem você acredita que leva mais vantagem no processo produtivo, você ou a empresa?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA  
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS  
CURSO DE BACHARELADO EM GEOGRAFIA**

**Orientando:** Diego dos Santos Dantas

**Orientador:** Anieres Barbosa da Silva

**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA PARA O  
REPRESENTANTE DO PODER MUNICIPAL**

- 1- O(a) senhor(a) acredita que a avicultura de corte é uma atividade importante para o município de Pocinhos? Se sim, por quê?
- 2- A prefeitura vem contribuindo de alguma forma para fortalecer a avicultura de corte no município?
- 3- A prefeitura possui alguma parceria com instituições de pesquisa para o setor agropecuário, mais precisamente para avicultura?
- 4- Existem dificuldades para apoiar os agricultores familiares que trabalham com avicultura?
- 5- A prefeitura presta assistência técnica aos avicultores?
- 6- A prefeitura de Pocinhos ultimamente vem buscando atrair empresa que trabalham com avicultura? Se sim, como?